



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA – DISTRITO FEDERAL**

**Referência: IC nº 1.16.000.000196/2023-11**

**PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 2338/2023**

Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar possíveis ações e omissões de agentes públicos que possam ter contribuído para a ocorrência dos atos criminosos de invasão e depredação da sede dos três Poderes da República em Brasília/DF, ocorridos no dia 08/01/2023, que possam importar em atos de improbidade administrativa em prejuízo a interesses e bens da União.

No decorrer da apuração foram realizadas diversas diligências a fim de elucidar o caso, tais como: oitiva de investigados; solicitação das gravações feitas das câmeras de segurança de diversos órgãos públicos situados nas proximidades dos fatos; pedido de informações quanto a encaminhamento de eventuais alertas de inteligência direcionados a órgãos de segurança que reportaram a gravidade dos fatos que ocorreriam no dia 08/01/2023; obtenção de documentos referentes ao planejamento da segurança programado para o dia 08/01/2023; pedido de compartilhamento das provas carreadas aos autos criminais em curso no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça que tratam da participação de autoridades públicas relacionada aos mesmos fatos ora apurados; a solicitação de cópias de eventuais procedimentos investigatórios instaurados em outros órgãos sobre os mesmos fatos.

Os despachos de etiquetas PR-DF-00012135/2023 e PR-DF-00026697/2023 contém o detalhamento das principais diligências realizadas, incluindo registros sobre os depoimentos realizados para instruir este inquérito.

Ainda, foram acostados aos presentes autos cópia da denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal em desfavor de integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), apontados como sendo os responsáveis pela segurança pública do Distrito Federal no dia 08/01/2023 (PR-DF-00079632/2023).

Por fim, também foi juntado a este IC cópia do relatório aprovado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), conduzida por integrantes do Congresso Nacional para apurar as invasões às sedes do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, e que concluiu pelo indiciamento de diversas pessoas, dentre elas o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, o governador do Distrito Federal, **IBANEIS ROCHA**, além de integrantes do Exército brasileiro e da Polícia Militar (PR-DF-00079633/2023).

A fim de tornar mais efetiva e clara a análise da responsabilidade dos investigados a partir dos elementos obtidos nesta apuração, será feito o exame separado de cada um dos envolvidos, de modo que este despacho se restringe apenas a verificar a conduta de **IBANEIS ROCHA**.

**IBANEIS ROCHA** é governador do Distrito Federal desde 2019, tendo sido reeleito para o período de 2023 a 2026. Logo, no dia 08/01/2023 ele estava em pleno exercício de sua função. Diante das invasões às sedes dos três Poderes, foi decretada a intervenção federal na área de segurança pública do Distrito Federal, assumindo a função de interventor o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Capelli.

O relatório da CPMI do 08 de janeiro fez os seguintes apontamentos em relação a **IBANEIS ROCHA**:

A Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal (SPOL) identificou, na tarde do dia 7 de janeiro, movimento atípico de pessoas em frente ao órgão, na Via N2, em situação que se assemelhava a ações de reconhecimento. A SPOL, assim que observou a movimentação, alertou o presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco. Importante ressaltar que a SPOL, assim como os órgãos de segurança pública distritais, recebeu informações - formais e informais - a respeito da possibilidade de ocorrência de atos de vandalismo nas dependências do Senado Federal no dia 8 de janeiro.

De posse das informações repassadas pela SPOL, o presidente do Senado entrou em contato com o governador Ibaneis Rocha, transmitindo a apreensão da polícia legislativa quanto à possibilidade de ocorrência de atos antidemocráticos, especialmente contra o Senado Federal. Ibaneis, no entanto, garantiu que não 'teríamos' problemas e que colocaria "todas as forças nas ruas". Ibaneis Rocha, portanto, tinha pleno conhecimento do risco de atos violentos. Contudo, conforme

amplamente sabido, o efetivo das forças de segurança no dia 8 de janeiro foi reduzido, ainda mais se considerarmos os inúmeros avisos de que atos violentos ocorreriam.

Ainda na mesma noite do dia 7, Ibaneis Rocha liberou, em contrariedade ao recomendado no PAI nº 02, de 2023, a realização de manifestações na Esplanada dos Ministérios, mantida “a tranquilidade e a segurança”. Apenas o tráfego de veículos continuava proibido. Desse modo, ainda que o PAI não vedasse expressamente o trânsito de pedestres na região da Esplanada de Ministérios, a conduta prudente esperada do governador era obedecer ao disposto no Plano, abstendo-se de incentivar o comparecimento de pessoas ao local.

A situação se agrava pela ausência formal do secretário de segurança no final de semana do dia 8 de janeiro. Conforme explicitado anteriormente, Anderson Torres havia viajado para os Estados Unidos da América, antecipando suas férias que se iniciariam formalmente somente no dia 9 de janeiro, segunda-feira.

Em que pese Fernando de Souza Oliveira, o secretário executivo da pasta da Segurança Pública do DF, estar presente no Distrito Federal, seu nome sequer havia sido publicado no DODF, de modo que era apenas um "funcionário de fato" na Administração Pública do GDF.

Conforme seu próprio depoimento no âmbito da CPI da CLDF, Fernando de Souza disse que não foi apresentado formalmente sequer ao governador, muito menos aos comandantes das forças de modo oficial. Sua nomeação oficial sairia somente no dia 9 de janeiro, início das férias formais e Anderson Torres.

Devemos recordar que a subsecretária de inteligência da pasta da Segurança Pública do Distrito Federal era Marília Ferreira de Alencar, autoridade extremamente próxima de Anderson Torres, indiciada em item anterior.

Por meio do Ofício nº 5/2023/GAB/PF, o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informou ao ministro da Justiça Flávio Dino, às 18h23 do dia 7 de janeiro de 2023, que caravanas estavam se dirigindo para Brasília, e que os integrantes demonstravam "clara intenção de confrontar as Forças de Segurança da capital da República".

No mesmo ofício, Andrei Passos sugere que "grupos de pessoas com o propósito de atentar contra o patrimônio público ou privado, bem como à democracia brasileira, também sejam impedidos de circular nesta capital".

Por volta das 19h11, Flávio Dino, então, por meio da Portaria nº 272, de 2023, autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, na Esplanada dos Ministérios, até a segunda-feira, dia 9, “para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes”, o que dependeria da efetiva solicitação de Ibaneis Rocha para se concretizar, ante o necessário respeito às competências federativas.

No mesmo dia (7 de janeiro), às 19h58, o ministro da Justiça Flávio Dino encaminha um ofício ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, com anexo contendo o Ofício nº 5/2023/GAB/PF retrocitado.

Contudo, no dia 8 de janeiro, Ibaneis Rocha, mesmo de posse de todas essas informações, inclusive do Ministro da Justiça e do Presidente do Congresso

Nacional, não requisitou tempestivamente o emprego da Força Nacional, que, se acionada a tempo e com comando coordenado ao das demais forças de segurança, poderia auxiliar na contenção dos vândalos golpistas.

Com efeito, no Ofício nº 1.735, de 2023, encaminhado a esta CPMI, o ministro da Justiça Flávio Dino informou que a anuência do governador para a atuação da Força só foi dada às 17h29 do dia 8 de janeiro, ou seja, quando os insurgentes já haviam invadido e depredado as sedes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário.

Em virtude do reconhecimento da omissão de Ibaneis Rocha, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, determinou seu afastamento do cargo de ofício, ainda no dia 8 de janeiro, em requerimento da Advocacia-Geral da União no âmbito do Inquérito 4.879/DF.

Contudo, em razão de esta Comissão não possuir competência constitucional para investigar governadores de Estados-membros, apontamos a necessidade de aprofundamento das investigações pelas autoridades competentes.

No dia 15/03/2023, com o escopo de instruir este IC, foi ouvido o governador do Distrito Federal, **IBANEIS ROCHA**, que aduziu que (gravação juntada na certidão de etiqueta PR-DF-00023094/2023):

Na quinta-feira começou a ter notícia das manifestações, de que chegariam alguns ônibus em Brasília, através dos jornais.

A semana anterior foi muito movimentada, pois vinha de uma preparação muito grande para a posse do presidente Lula. A preocupação era grande desde a diplomação, havia um receio de que houvesse uma manifestação por conta do pessoal que estava no QG.

Houve uma preparação para a diplomação e, de fato, durante a diplomação, não houve nenhum problema. O problema foi a noite quando o ministro Alexandre de Moraes mandou prender um indígena que estava nas manifestações, no dia 12/12, e aí o pessoal que estava nos acampamentos começou a descer e fazer um quebra-quebra.

A partir de então a concentração foi para a posse, houve um grande esquema de segurança, com toda a polícia mobilizada, foram canceladas todas as folgas dos policiais e foram prorrogadas para as semanas seguintes à posse, para que ocorresse a posse tranqüila, como de fato ocorreu.

No período que antecedeu à posse houve reuniões com o ministro Flávio Dino, ministro José Múcio, a própria esposa do presidente, Janja, teve no Palácio do Planalto. O declarante colocou à disposição todo o secretariado.

Como seria posse do declarante também, ele ficou a última semana envolvido com a montagem do governo.

No dia 2 ele foi à posse de 3 ministros, que eram pessoas que ele tinha proximidade, pois haviam sido governadores no mesmo período que o declarante:

Camilo Santana, Flávio Dino e Wellington Dias. Inclusive o ministro Flávio Dino elogiou o declarante no discurso de posse por conta da tranquilidade que houve na posse do presidente Lula.

No dia 2/1 ele marcou reunião com os secretários, dia 3 com os administradores, dia 4 com os presidentes de empresa, e no dia 5 que ele foi ver as questões de gabinete e nomeações e aí começou a acompanhar meio que de longe essas questões das manifestações.

Sempre essas questões são conduzidas pela Polícia Militar e pela Secretaria de Segurança Pública, que são os especialistas.

No dia 6 à noite ele recebeu uma mensagem do ministro Flávio Dino. Essa mensagem o ministro não viu na hora, pois já estava dormindo. No outro dia de manhã ele viu a mensagem e entrou em contato com o secretário de segurança, Anderson Torres.

O Anderson Torres informou que estava chegando nos Estados Unidos e passou o telefone do Fernando, o “0 2” da secretaria de segurança.

O Anderson Torres já tinha informado ao declarante sobre a viagem com a família para Orlando quando ele foi convidado para assumir a secretaria. O governador disse que não tinha problema, desde que ele deixasse tudo alinhado na secretaria.

Neste momento não tinha sido informada a data da viagem.

No sábado, quando o declarante entrou em contato com Anderson Torres, é que ele foi informado que estava acabando de desembarcar nos Estados Unidos.

O declarante entrou em contato com o Fernando, o qual repassou que estava acompanhando, que estava tudo tranquilo, que o pessoal da inteligência não estava vendo nada relacionado à violência. Essa informação o declarante repassou ao ministro Flávio Dino, indicando que tinha sido montado um plano.

A partir daí o declarante manteve contato com o Fernando para se manter informado tanto sobre o QG do exército quanto com a chegada dos ônibus e o acompanhamento da inteligência da PM e da SSP. Os contatos ocorreram tanto no sábado quanto no domingo.

No domingo de manhã o Fernando fez um relatório detalhado para o governador sobre a situação, quantas pessoas tinham chegado, quantos ônibus, o clima que existia da manifestação, tendo sido informado que tudo era pacífico. O declarante tem o registro das mensagens.

Por volta de 12 h o governador foi para a missa, e às 13:23 h recebeu outra mensagem do Fernando relatando que os manifestantes estavam descendo, escoltados pela PM, que a manifestação estava tranquila e que tinha sido feito uma espécie de acordo com os líderes do movimento para que a descida fosse pacífica. Informa que todos os relatórios de inteligência apontavam que a manifestação estava pacífica.

Em nenhum momento o governador tratou diretamente com o comandante da PM, pois a intermediação do governo com as forças de segurança é por meio da secretaria de segurança pública.

Depois, o declarante ficou acompanhando pela televisão até que, por volta de umas 15:20 h, ele viu que os manifestantes começaram a empurrar os gradis pra invadir o Congresso. Nesse momento o governador mandou uma mensagem mais dura, para que fossem retirados os manifestantes de lá, dizendo “tira esses vagabundos daí e prende o máximo possível”.

O Fernando respondeu dizendo que a situação tinha saído do controle, que ele estava precisando de reforço policial, reforço do exército, quando então o governador falou para colocar todo o efetivo da polícia. Foi quando chegaram as demais tropas, porém já tinham invadido o Congresso e estavam forçando para descer para o STF.

Com o acionamento passaram de cerca de 500 homens que era o contingente que a PM havia determinado e chegaram a 2500 pessoas na retirada dos manifestantes. Trouxeram a força de todos os batalhões para fazer a retirada.

O declarante chamou a vice-governadora Celina, o secretário da casa civil Gustavo Rocha, e o consultor jurídico, para adotarem providências em conjunto, pois a situação estava fora de controle.

Recebeu várias ligações, como a ministra Rosa antes da invasão do STF, o ministro Flávio Dino, e foi feito o possível para esse momento de crise. Ficou acompanhando o acionamento das forças militares.

Nesse momento o governador exonerou o Anderson.

Foi tudo muito rápido, desde as 15:30 h até as 17 h, quando já estavam sendo retirados os invasores.

O declarante determinou que o Gustavo e a Celina fossem ao Ministério da Justiça para prestar toda a assessoria necessária.

Foi nomeado então o interventor nas forças de segurança. O declarante entendeu a medida, pois existia uma crise, e havia naquele momento uma perda de confiança nas forças de segurança do DF.

Assim, o governador achou correta a medida e prestou toda a solidariedade para que o interventor pudesse nomear pessoas, ter todos os dados necessários tanto na apuração quanto no restabelecimento da confiança nas forças de segurança.

O declarante conhece há muito tempo o Flávio Dino, que foi professor dele, foi juiz na época que o declarante era advogado, depois foram governadores na mesma época.

Por volta das 19:30 h foi marcada uma reunião no grupo de governadores, pois eles estavam com medo de que as invasões acontecessem também nos seus Estados. O declarante foi para o palácio do Buriti para abrir a reunião e ficou até por volta de 21:30 h. De lá ele conseguiu ver o pessoal voltando para o quartel e acompanhando pela televisão a retirada dos manifestantes e também tendo informações dos

assessores que estavam ali de que conseguiram contornar a situação e retirar os manifestantes da área.

Depois recebeu a informação de que seriam feitas as prisões no QG, mas houve resistência do Exército.

No dia seguinte ele já ficou sabendo da ordem de afastamento dada pelo Min. Alexandre de Moraes. Ele cumpriu a ordem, passou as últimas orientações para a Celina, dizendo para prestar todas as informações para o interventor, que deixem que tudo que for necessário seja apurado, todos os órgãos, para esclarecer mais rápido possível. Ainda disse que dali para a frente não falaria com eles, pois se ele estava afastado é porque estavam com medo de interferirem dentro do governo. Daí em diante ele não falou mais com ninguém do governo, nem com a vice-governadora e nem com secretários.

A busca e apreensão ocorreu 15 dias depois na casa do governador. Levaram o computador, HD do escritório de advocacia, o computador que usa no palácio do Buriti, e as agendas que tinham dentro do palácio do Buriti. O resultado das buscas e apreensão já foram juntados através de laudo, todos eles negativos.

Como o declarante estava viajando, quando retornou ele entregou os celulares, que foram periciados, tendo sido comprovado pelas perícias o depoimento que deu em relação às mensagens que ele recebeu. Os laudos concluem que não tem nada que comprove que ele tenha participado de qualquer ato ou que tenha deixado de tomar qualquer decisão.

Tudo que ele pôde fazer para colaborar com a investigação foi feito.

Os acampamentos nos QGs sempre foram uma preocupação para o declarante, pois tinha todo tipo de gente. Através do secretário da casa civil e do então secretário de segurança, Júlio Danilo, manteve contato direto com o comando do exército para ver se era possível fazer a retirada, chegou a ser marcada por 2 vezes, porém das 2 vezes o comando do exército impediu que essa retirada fosse feita.

Na segunda data marcada, no dia 29/12, foram disponibilizados 500 homens para fazer a retirada, mais 20 equipes com 10 homens do DF Legal para retirar, mas foram paralisados pelo comando do exército.

A coronel Cíntia, o comandante Fábio, agiram de acordo com o que eles tinham costume de acontecer.

Toda informação que o declarante recebeu até o momento da invasão era de que tudo estava dentro da normalidade.

Não chegou nenhum relatório da Abin, e nem do GSI, da Força Nacional, nenhum relatório de inteligência dizendo que haveria violência e que eles invadiriam.

O Anderson Torres é uma pessoa de confiança do declarante, foi enquanto secretário de segurança no 1º mandato do governador, foi enquanto ministro da justiça para encaminhar as coisas do Distrito Federal, ele sempre foi muito parceiro, e por isso o governador o convidou novamente para ser secretário de segurança pública após o presidente Bolsonaro ter perdido a eleição.



Na época que o Anderson Torres foi convidado e comunicou ao ministro sobre a viagem que faria com a família, não se tinha ideia sobre 8 de janeiro.

Já ocorreram diversas manifestações no DF, inclusive em 2013 e 2017, e em nenhuma delas houve mortes de pessoas, o que demonstra que a PM é capacitada para lidar com esse tipo de situação.

Acredita que o que houve naquele dia foi um apagão geral. O Palácio do Planalto tem um batalhão para cuidar do Palácio, com atiradores de elite, com pessoas preparadas para lidar com aquilo.

Não era para ter sido invadido o Planalto sem a menor resistência.

O que chegou de informação para o declarante depois é que o batalhão tinha sido dispensado naquela data.

O declarante conclui que foi tomado de susto com o que aconteceu, assim como todo mundo foi. Não teve participação em nenhum dos atos, não tinha o menor interesse. Ele foi reeleito em 1º turno governador do DF, não ganharia nada com as invasões. É amigo de vários ministros do presidente Lula, foi à posse dele, estava buscando um bom relacionamento com o governo federal, até porque não se governa o DF sem ter um bom relacionamento com o governo federal. Então não possui motivação nenhuma para ajudar naquilo que estava acontecendo.

Deixou claro que está à disposição para esclarecer tudo o mais rápido possível. Tem interesse que fique bem claro que ele não teve qualquer participação nisso.

Conforme depoimento do Secretário Adjunto de Segurança Pública do DF, **FERNANDO DE SOUZA OLIVEIRA**, colhido no interesse deste IC (gravação juntada na certidão de etiqueta PR-DF-00019150/2023), houve acompanhamento por parte do Governador **IBANEIS ROCHA** acerca de toda movimentação ocorrida no referido fim de semana.

Em contato direto com **FERNANDO**, foi determinado o repasse de 4 (quatro) relatórios diários ao Governador sobre o andamento da manifestação. **O último envio ocorreu às 13:23 do próprio dia 08 de janeiro, com informações acerca da tranquilidade do evento e do preparo das forças de segurança.**

**FERNANDO** declarou ainda que, após a invasão aos prédios, houve nova manifestação do Governador, desta vez no sentido de retomar os prédios públicos, preservando-os, e prender em flagrante os invasores.



**Pois bem, examinando os elementos coletados sobre IBANEIS ROCHA, verifica-se que não é possível imputar-lhe uma responsabilização civil pelos eventos ocorridos no dia 08/01/2023.**

O que se verifica é que os órgãos de segurança envolvidos no planejamento para as possíveis manifestações que ocorreriam no dia 08/01/2023 não tinham total ciência do caráter violento de parte dos manifestantes.

Minutos antes da invasão, quando houve o rompimento da linha de contenção disposta na Alameda das Bandeiras, é que foi identificado que vários invasores estavam fortemente armados e preparados para o confronto, com indícios inclusive de terem “treinamento militar”, não sendo o mesmo perfil de pessoas que ocupavam os acampamentos em frente ao exército nos meses anteriores aos fatos, conforme relatos de testemunhas ouvidas.

Embora seja possível apontar alguma falha no serviço de inteligência dos órgãos de segurança pública ou algum erro no fluxo de informações, não se verifica, em relação a **IBANEIS ROCHA**, uma conduta intencional de facilitar os atos criminosos.

No dia 06/01/2023 pela manhã, data em que ocorreu a reunião para elaboração do Plano de Ações Integradas na Secretaria de Segurança Pública do DF (PAI), com a presença de representantes de vários órgãos públicos, sobre os possíveis eventos do final de semana seguinte, além de não terem informações sobre o dia certo para ocorrerem as manifestações, não se tinham dados acerca de alta adesão de participantes. Logo, o evento foi tratado como algo pequeno, até porque os acampamentos em frente ao exército ao longo de todo o país já contavam com um número reduzido de participantes, quando comparado com a ocupação dos meses anteriores.

Da análise da ata da reunião para elaboração do PAI, constata-se ainda que em diversos momentos as informações que circulavam sobre os eventos não eram precisas:

O TC ROSIVAN continuou observando que, inicialmente, o evento tem baixa adesão, mas não há certeza que o evento não ocorrerá, sendo necessário prever os procedimentos dos órgãos para não serem surpreendidos. Foi esclarecido que houve relatos de algumas caravanas de Minas Gerais, sem

(...)

alcance dos movimentos. Que existe preocupação quanto às caravanas, mas que inicialmente a informação da inteligência é que a adesão ao movimento é baixa. Mas que é preciso estar atento

(...)

O representante do Senado, Sr GABRIEL DIAS, informou que ainda não havia confirmação do deslocamento das caravanas dos estados.

O TC ROSIVAN informou que tem possíveis saídas de ônibus em várias datas, demonstrando inconsistência das informações, não sendo identificadas lideranças coletivas. Que será construído um

(...)

O CEL CASSIMIRO informou que está monitorando com a inteligência da PMDF e que, até o momento, não há informações concretas com relação aos movimentos. Que há um

(...)

A CEL CINTIA, Subsecretária de Operações Integradas, informou que está em contato com a PRF, e acionará novamente o grupo de WhatsApp "Perímetro de Segurança", que a ANTT não tem nenhum registro de ônibus com destino a Brasília. Que foi realizado contato com as inteligências

dos estados, que as inteligências informaram que há mobilizações nas redes sociais, mas ainda não foram confirmadas. Que será acionado o perímetro de segurança, monitoramento no sistema córtex,

Além disso, o evento considerado de maior sensibilidade, qual seja, a posse do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu uma semana antes, com um público maior de participantes e sem maiores intercorrências, o que demonstra que o planejamento dos órgãos de segurança pública do DF foi eficiente.

Revela-se que a preocupação com a posse presidencial era grande quando se obtém a informação de que as férias e afastamentos dos policiais militares foram suspensas até a data da posse, o que ocasionou uma diminuição do efetivo disponível na primeira semana de janeiro, quando os policiais puderam gozar de suas licenças.

Em relação à não elaboração do planejamento operacional pelo DOP, o coronel **PAULO JOSÉ** prestou depoimento afirmando que as informações prévias que se tinha sobre o evento é de que seria de baixa adesão (gravações juntadas por meio da certidão PR-DF-00015472/2023). Assim, foi utilizado o “Plano de Operações nº 02/2020 – DOP/PMDF Manifestações no DF”, documento padrão para manifestações que não têm risco elevado ou de considerável público.

Consta no anexo 4 do Relatório do Interventor **RICARDO CAPELLI** os apontamentos da PMDF sobre a expectativa de público na manifestação do dia 08/01/2023:

Em assim sendo, a Polícia Militar do Distrito Federal, diante das informações preliminares que indicavam a possibilidade de realização de atos populares na área central de Brasília, nos dias 07 e 08JAN2023 (sábado e domingo), com indicativos de **baixa adesão**, empregou recursos operacionais com vistas a assegurar e preservar a ordem pública no centro de Brasília, sem prejuízo da realização de policiamento em outras regiões da Capital.

Corroborando com o entendimento acima, faz-se necessário mencionar o extrato de inteligência confeccionado pelo Centro de Inteligência/PMDF, constante no processo SEI nº 00054-00005015/2023-70, nos seguintes termos:

Ao tempo em que o cumprimento, em atenção ao documento da referência, e no que tange à Atividade de Inteligência Policial Militar, esta Agência Central informa que, relacionado aos atos em comento, **NENHUM documento de inteligência foi recebido por esta Agência via canal técnico oriundo de Agências de Inteligência integrantes do Sistema de Inteligência de Segurança Pública ou do Sistema Brasileiro de Inteligência.**

Cumprir informar ainda que, no dia 04 DE JANEIRO DE 2023 (quarta feira), em contato com ponto focal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em busca de informações sobre possíveis caravanas oriundas de outros Estados com destino ao Distrito Federal, este Centro foi informado que **NENHUM VEÍCULO** havia sido registrado até então.

No dia 05 de janeiro de 2023 (quinta feira), nova consulta a ANTT foi feita às 17h30, quando aquela agência informou que **ainda não havia registro de veículo com a característica informada no sistema, frisando inclusive que, para o período em específico, a quantidade de ônibus circulando estava abaixo do normal para fins de semana.**

No dia 06 DE JANEIRO DE 2023 (sexta feira), às 14h15, a ANTT informou sobre atualização de dados no sistema e que teria sido verificado o registro (autorização de viagem) para **23 ÔNIBUS** e um total de **797 PASSAGEIROS**; No mesmo dia, às 17h50 houve nova atualização de registros para **43 ÔNIBUS** com **1.622 PASSAGEIROS**;

No dia 07 DE JANEIRO DE 2023 (sábado), às 12h00, a ANTT informou nova atualização de dados para **105 ÔNIBUS** e **3.951 PASSAGEIROS**;

No dia 08 DE JANEIRO DE 2023 (domingo), houve atualização de dados às 09h46 para **133 ÔNIBUS** e **5.021 PASSAGEIROS**;

De 02h00 do dia 07JAN23 (sábado) até 20h15 do dia 08JAN23 (domingo), esta Agência de Inteligência acompanhou e monitorou a chegada dos **132** ônibus ao DF, tendo assessorado os principais órgãos diretamente envolvidos com a operação, conforme Protocolo de Operações Integradas da SSP/DF. (grifo nosso)

Quanto ao acionamento do efetivo do Complexo Administrativo da PMDF que se encontrava de sobreaviso ter ocorrido somente às 15 h, tem-se das informações até então obtidas que, o começo da caminhada para a Esplanada, por volta das 13 h, ocorreu sem maiores



intercorrências, não se tendo, até aquele momento, a confirmação do intento criminoso de invasão e depredação da sede dos Poderes por parte dos que ali estavam presentes.

Conforme informação da PMDF (anexo 4 do Relatório do Interventor), por volta de 14:30 até 14:45 “ocorreu uma mudança de animosidade dos manifestantes”:

### 3.3 DA SÍNTESE DOS FATOS (dia 08 de janeiro de 2023)

O deslocamento dos manifestantes, entre o Quartel General do Exército (QGEx) até a área da Esplanada dos Ministérios iniciou por volta das 13h. Durante esse trajeto, até as proximidades da primeira linha de revista, os manifestantes se portaram de maneira pacífica. Acrescenta-se que nesse percurso ocorreram algumas detenções pontuais de indivíduos que portavam rojões, estilingues e outros materiais que poderiam colocar em risco à incolumidade física dos participantes.

Com o efetivo distribuído e o policiamento em execução, os manifestantes, que desciam pela Avenida N1, chegaram à linha de abordagem por volta das 14h30, os quais gritavam palavras de ordem, momento em que transpuseram a linha de revista, furando esse bloqueio. A linha de policiamento continuou até o instante em que ficou inviabilizada qualquer abordagem por aquela tropa.

No período compreendido de 14h30 até por volta das 14h45 ocorreu uma mudança da animosidade dos manifestantes, vindo eles a romperem a segunda linha de contenção próximo ao Ministério da Justiça, culminando com a invasão do Congresso Nacional. Simultaneamente, vários manifestantes se deslocaram em direção ao Palácio do Planalto, resultando na ocupação da sede do Governo Federal em torno das 15h10. Posteriormente, outro grupo dos manifestantes se deslocou ao STF, que imediatamente foi tomado por volta das 15h40. Destaca-se que a segurança dos órgãos retromencionados não foi capaz de impedir a tomada de suas instalações.

Ressalta-se que a PMDF não mediu esforços para restabelecer a ordem, conseguindo retomar de forma rápida e efetiva as instalações do Supremo Tribunal Federal (17h30), do Palácio do Planalto (17h50) e do Congresso Nacional (18h30) efetuando-se inúmeras detenções de manifestantes, de maneira a garantir a concreta responsabilização pela instâncias competentes.

Portanto, sob qualquer aspecto examinado, as invasões e depredações às sedes dos três poderes da República em Brasília/DF, ocorridas no dia 08/01/2023, não podem ser atribuídas ao governador do Distrito Federal **IBANEIS ROCHA**.

Diante da verificação de todo contexto em que os fatos se inserem, das informações que circulavam dentro dos órgãos de segurança nos dias anteriores aos fatos (que apontavam uma baixa adesão ao movimento), e da repentina mudança no perfil dos participantes (diverso do caráter ordeiro dos acampados nos meses anteriores), percebe-se que o governador do Distrito Federal não teve meios suficientes para impedir as graves consequências das invasões do dia 08/01/2023.

Ressalta-se que os elementos coletados na investigação apontam que ao longo do dia 08, **IBANEIS ROCHA** buscou se manter informado da situação da manifestação, recebendo relatos do Secretário Adjunto de Segurança Pública do DF, **FERNANDO DE SOUZA OLIVEIRA**. No relatório da CPMI consta, inclusive, que às 13h23, pouco depois da saída dos manifestantes do QG,

**FERNANDO** enviou a seguinte informação em áudio ao governador do Distrito Federal, tranquilizando-o sobre a manifestação:

Governador, [vou] passar o último informe, do meio-dia, para o senhor. Tudo tranquilo. Os manifestantes estão descendo do SMU [Setor Militar Urbano], controlado, escoltado pela polícia. Tivemos uma negociação para eles descerem de forma pacífica, organizada, acompanhada. Toparam. Está um clima bem tranquilo, bem ameno. Uma movimentação bem suave. E a manifestação totalmente pacífica. Até agora. Nossa inteligência está monitorando e não há nenhum informe de questão de agressividade, ligada a esse tipo de comportamento. Esse é o último informe para o senhor. Tem aproximadamente 150 ônibus já no DF, mas todo mundo de forma ordeira e pacífica. No final da tarde eu passo outro informe para o senhor.

Logo, não é possível atribuir a **IBANEIS ROCHA** uma ação ou omissão que tenha dado ensejo às invasões às sedes do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto no dia 08/01/2023.

Importante consignar que, embora o relatório da CPMI tenha concluído pelo indiciamento do governador do Distrito Federal, **IBANEIS ROCHA**, trata-se de documento que carrega em si, e legitimamente, um indissociável viés político, inafastável nos trabalhos do parlamento. Com efeito, a sugestão de indiciamento pode e deve ser avaliada pelo titular das ações penais e cíveis, em relação a todos os aspectos apurados, sendo natural a existência de conclusões diversas daquelas a que chegaram os parlamentares.

Ante o exposto, e por não vislumbrar qualquer outra medida a ser adotada por este órgão, ao menos neste momento, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** do presente inquérito civil em relação a **IBANEIS ROCHA**, com fundamento no art. 17 da Resolução CSMPPF nº 87/2010, sem prejuízo de que, sobrevindo novos elementos a respeito dos fatos investigados, sejam adotadas as providências pertinentes.

Submeta-se esta promoção de arquivamento à homologação da 5ª CCR/MPF, nos termos do art. 17, § 2º da Resolução CSMPPF nº 87/2010.

Brasília, registro de data na assinatura eletrônica.

**CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA**

Procurador da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA – DISTRITO FEDERAL**

**Referência: IC nº 1.16.000.000196/2023-11**

**PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 187/2024**

Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar possíveis ações e omissões de agentes públicos que possam ter contribuído para a ocorrência dos atos criminosos de invasão e depredação da sede dos três poderes da República em Brasília/DF, ocorridos no dia 08/01/2023, que possam importar em atos de improbidade administrativa em prejuízo a interesses e bens da União.

No decorrer da apuração foram realizadas diversas diligências a fim de elucidar o caso, tais como: oitiva de investigados; solicitação das gravações feitas das câmeras de segurança de diversos órgãos públicos situados nas proximidades dos fatos; pedido de informações quanto a encaminhamento de eventuais alertas de inteligência direcionados a órgãos de segurança que reportaram a gravidade dos fatos que ocorreriam no dia 08/01/2023; obtenção de documentos referentes ao planejamento da segurança programado para o dia 08/01/2023; pedido de compartilhamento das provas carreadas aos autos criminais em curso no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça que tratam da participação de autoridades públicas relacionada aos mesmos fatos ora apurados; a solicitação de cópias de eventuais procedimentos investigatórios instaurados em outros órgãos sobre os mesmos fatos.

Os despachos de etiquetas PR-DF-00012135/2023 e PR-DF-00026697/2023 contêm o detalhamento das principais diligências realizadas, incluindo registros sobre os depoimentos realizados para instruir este inquérito.



Ainda, foram acostados aos presentes autos cópia da denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal em desfavor de integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), apontados como sendo os responsáveis pela segurança pública do Distrito Federal no dia 08/01/2023 (PR-DF-00079632/2023).

Também consta a íntegra do relatório sobre os fatos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023 elaborado pelo então interventor federal, Ricardo Capelli (PR-DF-00017566/2023).

Por fim, também foi juntado a este IC cópia do relatório aprovado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), conduzida por integrantes do Congresso Nacional para apurar as invasões às sedes do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, e que concluiu pelo indiciamento de diversas pessoas, dentre elas o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, além de integrantes do Exército brasileiro e da Polícia Militar (PR-DF-00079633/2023).

A fim de tornar mais efetiva e clara a análise da responsabilidade dos investigados a partir dos elementos obtidos nesta apuração, será feito o exame separado de cada um dos envolvidos, de modo que este despacho se restringe apenas a verificar a conduta de **ANDERSON GUSTAVO TORRES**.

**ANDERSON GUSTAVO TORRES** é delegado da Polícia Federal e, à época dos fatos, atuava como Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

No dia 06/01/2023 ele havia viajado para o exterior, de modo que, no dia 08/01, não estava presencialmente em Brasília.

O relatório da CPMI do 08 de janeiro indiciou **ANDERSON TORRES**, trazendo apontamentos relativos a fatos muito anteriores ao do objeto desta investigação, de quando sequer havia qualquer convocação para as manifestações que culminaram na depredação das sedes três Poderes da República, conforme se verifica no excerto abaixo:

Anderson Torres ocupou posição privilegiada em duas esferas federativas, em momentos cruciais para o desenrolar das ações e omissões que culminaram no 8 de janeiro de 2023.

Como Ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro, entre os dias 30 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2022, teve ascendência sobre diversos

órgãos de segurança pública, mormente a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, subordinadas a seu Ministério.

No dia 2 de janeiro de 2023, assumiu o posto de Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, posição que havia ocupado anteriormente entre os dias 1º de janeiro de 2019 e 29 de março de 2021.

Observa-se, portanto, que Anderson Torres era uma das autoridades públicas que mais possuía conhecimento a respeito das ameaças golpistas, especialmente durante o período depois das eleições presidenciais de 2022.

Este Relatório demonstrou, cabalmente, que em vez de combater as ações criminosas que culminaram na violação ao prédio dos Três Poderes da República, Anderson Torres aderiu subjetivamente à vontade de Jair Messias Bolsonaro na intentona golpista.

Em 23 de julho de 2021, Anderson Torres, então Ministro da Justiça, tentou cooptar peritos criminais da Polícia Federal para produzir eventuais elementos probatórios contra a segurança das urnas eletrônicas, no mesmo dia em que Jair Bolsonaro publicava conteúdos questionando a segurança do pleito eleitoral, anunciando que eleição sem voto impresso seria fraude. Os peritos criminais, ao revés, concluíram que as urnas eletrônicas eram seguras em relatório produzido, fato que foi dolosamente omitido pelo então ministro e pelo então presidente da República.

No dia 29 de julho do mesmo ano, em live realizada para apresentar supostas provas de fraude eleitoral, ao lado de Jair Bolsonaro estava Anderson Torres. Na live, foram apresentados vídeos de supostas irregularidades ou "fraudes" que teriam ocorrido durante o processo de votação de eleitores de Jair Bolsonaro, todos desmentidos.

Em 17 de junho de 2022, Anderson Torres, no cargo de Ministro da Justiça, enviou ofício ao TSE indicando que utilizaria programas próprios para fiscalizar as urnas eletrônicas. Logo depois, a DITEC/PF negou que estivesse desenvolvendo softwares para auditar o sistema eletrônico de votação.

No dia 26 de outubro de 2022, Anderson Torres discutiu – com cinco parlamentares – a possibilidade de adiamento do segundo turno das eleições presidenciais, em virtude de denúncia, posteriormente refutada, de que teria havido manipulação de propagandas eleitorais via rádio.

Enquanto Ministro da Justiça, foi diretamente responsável pela realização das blitze na região Nordeste no segundo turno das eleições presidenciais, objetivando dificultar o trânsito de eleitores do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Juntamente com Silvinei Vasques, à época diretor da Polícia Rodoviária Federal, teve conhecimento e atuou dolosamente para que as operações rodoviárias fossem realizadas, da forma como foram.

Anderson Torres teria solicitado à delegada de Polícia Federal Marília Alencar, então diretora de inteligência do MJ, que elaborasse um "boletim de inteligência" com informações do primeiro turno para investigar suspeitas de compra de voto. Uma das solicitações foi o mapeamento de municípios em que houvera mais de 75% de votos para qualquer dos dois candidatos que foram ao segundo turno. Em depoimento à PF, o servidor responsável pelo boletim, Clebson Ferreira de Paula Vieira, disse que Marília Alencar solicitou que fosse impresso apenas o resultado referente ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, indicando os municípios em que teria conseguido mais de 75% dos votos, a maioria na região Nordeste.

Em reunião do Conselho Superior da PRF, em que foi proibido o uso de telefones celulares, Silvinei Vasques dissera que haveria "policiamento direcionado" no segundo turno das eleições. Na mesma esteira, Anderson Torres se reuniu com superintendentes da PF, sendo um deles o delegado de polícia Leandro Almada. Segundo esse servidor, Torres solicitou reforço de policiamento no segundo turno para realização de uma operação conjunta com a PRF.

No dia do segundo turno das eleições, foram realizadas dezenas de operações da PRF na região Nordeste, que não haviam sido realizadas no primeiro turno, e em contrariedade à decisão proferida pelo ministro do STF Alexandre de Moraes.

Posteriormente, no dia 10 de janeiro de 2023, em virtude de investigações conduzidas pela Polícia Federal, foi encontrada uma minuta de golpe em sua residência, devidamente posicionada em móvel de um dos cômodos (armário, dentro de uma pasta com símbolo do governo federal), juntamente com outros bens pessoais, como fotos de familiares e imagem religiosa. Em que pese a alegação de Anderson Torres de que sequer tinha conhecimento a respeito do documento, ou que ele seria logo descartado, os fundamentos não se revelam críveis. Isso porque o documento estava devidamente colocado em posição de fácil acesso, próximo a bens pessoais – que certamente não seriam igualmente descartados.

Enquanto secretário de Segurança Pública, posição que ocupou logo depois da saída do cargo de Ministro da Justiça, obviamente possuía informações privilegiadas, obtidas de diversas fontes e difundidas por órgãos integrantes do Sisbin, de que havia ameaças aos edifícios públicos dos Três Poderes. Esse fato é corroborado pela nomeação de Marília Ferreira Alencar, ocupante de cargo de alto relevo no Ministério da Justiça durante sua gestão, como sua subsecretária de inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal.

Em que pesem as informações alarmantes que chegavam por diversos canais, inclusive por meios oficiais, de que haveria atos violentos no final de semana do dia 8 de janeiro, Anderson Torres embarcou em viagem antecipada de férias para os Estados Unidos – coincidentemente, ou não, onde também estava Jair Messias Bolsonaro –, justamente às vésperas da intentona golpista.

Em depoimento à CPI da CLDF, Fernando de Souza Oliveira, então secretário-executivo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, afirmou que não houve qualquer repasse de informações ou transição no período. Aliás, Fernando de Souza Oliveira sequer havia sido nomeado formalmente para o cargo, pois não havia sido publicada sua nomeação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

Assim, Anderson Gustavo Torres deve ser responsabilizado pelos crimes descritos nos arts. 288, caput (associação criminosa), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito) e 359-M (Golpe de Estado) do Código Penal, por aderir subjetivamente às condutas criminosas de Jair Messias Bolsonaro e demais indivíduos em seu entorno, colaborando decisivamente para o desfecho dos atos do dia 8 de janeiro de 2023.

E, enquanto superior hierárquico de Silvinei Vasques, também deve ser responsabilizado pelo crime do art. 359-P do Código Penal, por ter participado dolosamente das blitzes verificadas no segundo turno das eleições presidenciais na região Nordeste, com o claro intuito de dificultar o exercício do voto.

Por meio do ofício nº 202/2023/DPD/CGDIS/COGER/PF, a Polícia Federal informou a instauração de PAD em face de **ANDERSON GUSTAVO TORRES** para apurar possível desídia e omissão em evitar a destruição do patrimônio do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, ocorrida em 08 de janeiro de 2023, situação que importou em escândalo e concorreu para comprometer a função policial (PR-DF-00081858/2023).

A PF informou que o PAD ainda estava em andamento e encaminhou os documentos até então produzidos no referido procedimento (juntados por meio da certidão de etiqueta PR-DF-00083134/2023 e anexos).

Dentre os documentos encontra-se o depoimento prestado por **ANDERSON TORRES** no dia 02/02/2023, no bojo do inquérito policial nº 2023.0003473, que tramita perante o STF. Sobre os fatos ora investigados, foi dito o seguinte:

QUE foi convidado para ser o secretário de segurança pública diretamente pelo Governador Ibaneis; QUE isso ocorreu em razão de seus índices de desempenho como SSP/DF de 2019 a 2021 e MJ; QUE a respeito de informações sobre eventual acordo político para que Ibaneis o nomeasse novamente secretário de segurança pública respondeu que sua nomeação foi estritamente técnica; QUE acredita que os números positivos alcançados



durante sua gestão como secretário de segurança pública nos anos de 2019/2021 o credenciaram para ser secretário de segurança pública novamente; QUE no tocante ao fatídico evento ocorrido no atentado no dia 08/01/23, ressalta que antes dessa data, especificamente em 06/01 no período da manhã foi realizada reunião na secretaria de segurança pública com o Comandante Militar do Planalto, General Dutra, e a secretária de desenvolvimento social do DF, Ana Paula Marra; QUE o declarante se fez acompanhar da Coronel Cintia, que ocupava o cargo de subsecretária de operações integradas da SSP/DF; QUE nessa reunião foi tratada da retirada total do acampamento em frente ao QG do Exército; QUE essa retirada ocorreria em duas etapas, sendo a primeira realizada pela SEDES para retirada dos vulneráveis e moradores de rua que seria realizada na terça-feira dia 10/01 e na sequência o exército juntamente com a secretaria realizaria o desmonte do acampamento; QUE a partir dos acontecimentos do dia 12/12/22 passou a considerar o risco de que esses acampamentos pudessem ser foco de criminosos; QUE por isso tão logo assumiu a pasta da SSP/DF fez a reunião visando a retirada desses acampados; QUE indagado sobre a existência de eventual reunião com o Ministro da Defesa sobre os acampamentos, quando ainda ocupava o cargo de Ministro da Justiça, respondeu que em uma ocasião foi perguntado pelo Ministro da Defesa a respeito de um incursão da polícia federal no acampamento; QUE embora aparentemente pacífico, considera que aquele movimento a partir do dia 12/12 com os atos criminosos ocorridos no centro de Brasília perdeu a legitimidade; QUE o declarante como Ministro da Justiça passou a divergir da proibição por parte do Exército das providências para retirada dos acampamentos em frente aos quartéis; QUE acredita que a manutenção desses acampamentos poderia ser uma base de sustentação para criminosos como, por exemplo, para o atentado que ocorreu no dia 08/01/23; QUE por esse motivo tão logo assumiu a SSP/DF realizou uma reunião para retirada desses acampamentos; QUE desconhece a existência de algum interesse político para a manutenção das pessoas acampadas; QUE indagado se recebeu informações ou informe de inteligência sobre as manifestações que ocorreriam no dia 08/01 respondeu que recebeu essas informações no dia 06/01, pela manhã; QUE essas informações não

indicavam ações radicais; QUE no dia 06/01 estava ocorrendo uma reunião convocada pela secretaria de operações integradas com os seguintes órgãos: PMDF, PCDF, CBMDF, DETRAN, DF Legal, Senado Federal, Câmara dos Deputados, STF, MRE, PRF e o DER; QUE nessa reunião foi definido um protocolo de ações integradas (PAI); QUE apenas havia informação de que haveria manifestação no dia 08/01 e que o protocolo de ações integradas seria encaminhado via SEI para assinatura; QUE a SSP funciona como órgão central e integrador da segurança pública do DF, conforme lei distrital visando prover através da interlocução e da articulação institucional, ações integradas, levando-se em consideração as atribuições e competências institucionais de cada força previstas em legislação federal e na própria constituição; QUE a secretaria de segurança pública não possui atribuições de responsabilidades operacionais; QUE após a elaboração dos protocolos de ações integradas, eles são encaminhados primeiramente ao secretário executivo, que os ratifica e os encaminha para a aprovação do secretário de segurança pública; QUE após essa aprovação o protocolo retorna à SOPI para providências de distribuição aos órgãos, instituições e agências para a elaboração de seus planejamentos internos; QUE esse protocolo de ações integradas tem força cogente, deve ser respeitado e cumprido por todos os órgãos do DF; QUE os compromissos firmados na reunião constam da ata e são assinados pelos representantes dos respectivos órgãos, que se comprometem a cumprir as diretrizes do protocolo; QUE antes de assinar analisou integralmente o protocolo de ações integradas e verificou que dentro das atribuições da SSP constavam todas as diretrizes necessárias para que os órgãos de segurança pública realizassem seus deveres, com as informações que estavam disponibilizadas até então; QUE o protocolo de ações integradas (PAI) substitui qualquer comunicação ou ofício para as providências dos órgãos obrigados; QUE apesar disso a Coronel Cintia encaminhou via SEI o PAI para todos; QUE dentre as determinações elencadas no PAI, citam-se os seguintes exemplos, para a PM/DF: planejar e executar ações de policiamento ostensivo com o objetivo de manter e preservar a ordem pública durante a realização do evento, empregando para esse fim efetivos e meios necessários, **conforme planejamento próprio da instituição** e o acordado na



reunião na SSP no dia 06/01/23; ficar em condições de empregar tropa especializada em controle de distúrbio no caso de perturbação da ordem; **não permitir acesso de pessoas e veículos à praça dos três poderes** conforme tratado em reunião e no protocolo de ações; manter reforço de efetivo nas adjacências e perímetro interno dos prédios públicos de toda extensão da esplanada dos ministérios, congresso nacional e praça dos três poderes, bem como na estação rodoviária de Brasília; QUE no PAI no item de outras informações está consignado que é vedada a utilização, pelos participantes, de instrumentos capazes de produzir lesões corporais e danos ao patrimônio, tais como, mastros de bandeiras e material de cano pvc, material metálico, madeiras ou assemelhados a estes, garrafas e utensílios de vidro, facas, canivetes e objetos pontiagudos, mesmo de uso para alimentação; QUE o PAI também diz que as informações nele prestadas não impedem ou desobrigam que as instituições órgãos e agências envolvidas adotem outras medidas de segurança, de suas competências, que sejam verificadas durante a realização do evento; QUE indagado se tem conhecimento se a polícia militar realizou planejamento em razão do PAI 02/23, afirmou que não recebeu o planejamento operacional da PM e que tomou conhecimento pelo relatório do interventor de que não houve planejamento operacional prévio; QUE é comum que a PM/DF faça os planejamentos e encaminhe para a SSP; QUE não compete à SSP dimensionar tropa e interferir na execução e na elaboração do planejamento operacional da PM e dos demais órgãos; QUE o PAI previa inclusive mudança de cenário a exemplo da possível chegada de ônibus ou presença de manifestantes, que nesse caso as vias da esplanada deveriam ser fechadas para trânsito de veículos; QUE isso efetivamente ocorreu porque houve chegada de manifestantes e fechamento; QUE indagado sobre a declaração de Ibaneis a respeito de que houve sabotagem, afirma não ter recebido qualquer elemento de informação que pudesse concluir a prática de sabotagem, mas certamente pode concluir que houve uma falha grave na execução operacional do plano, o que não é da alçada do secretário de segurança pública; **QUE o cumprimento da ordem e a execução do PAI 002/2023, conforme concebido e assinado pelo declarante, teria impedido os atos criminosos do dia 08/01; QUE se tivessem cumprido o plano assinado, esses**

**fatos jamais teriam acontecido;** QUE deixa registrado ter frequentado o Palácio do Planalto por cerca de dois anos e conhecer a estrutura de segurança do local que considera um dos prédios mais protegidos de Brasília; QUE estranha a facilidade com que os manifestantes invadiram e depredaram o Palácio do Planalto; QUE desconhece o funcionamento das polícias Legislativas e Judicial, e que por isso deixa de se manifestar; QUE ao perceber que todo o protocolo estava adequado para a manifestação que poderia ocorrer, ao colocar o Governador em contato com o secretário executivo, entendeu que poderia prosseguir com sua viagem familiar anteriormente planejada; QUE se a realidade daquele momento indicasse a existência probabilidade de atos extremistas, como os que ocorreram, não teria viajado; QUE mesmo com o conhecimento da viagem, nenhuma das autoridades de segurança o recomendou a não viajar ou o alertaram sobre qualquer risco; QUE essa viagem estava sendo planejada com antecedência, em princípio para julho de 2022, mas em razão da sobrecarga de trabalho precisou remarcar com a família para as férias escolares de janeiro de 2023; QUE comprou as passagens aéreas sua e de sua família no dia 21 de novembro, época em que nem se cogitava a existência dessa manifestação; QUE ressalta ainda que até essa data não havia qualquer episódio de violência desencadeada por manifestantes extremistas; QUE indagado se o Governador Ibaneis Rocha foi comunicado com antecedência sobre as férias do declarante, afirmou que sim, em duas ocasiões; uma quando do convite, no início de dezembro, para assumir a secretaria, comunicando inclusive que as passagens já estavam compradas desde 21/11 para as férias que seriam gozadas de 22 de dezembro, salvo engano, até dia 19 de janeiro; Que ressalta que teve apenas oito dias de férias em razão da impossibilidade de tomar posse como SSP estando no gozo de férias; Que ainda em dezembro de 2022 foi obrigado a marcar novas férias para prosseguir na viagem, a partir do dia 09 de janeiro; Que na semana da viagem fez nova comunicação ao Governador lembrando de sua viagem no dia seis, às 23:50hs; QUE seu subsecretário Fernando, seu substituto, também tinha conhecimento de suas férias; QUE trouxe o subsecretário Fernando do seu quadro de diretores do Ministério da Justiça e ainda lá combinou para que ele tirasse férias em dezembro e no seu retorno o



declarante pudesse usufruir suas férias; QUE a viagem não teve relação nenhuma com Bolsonaro; QUE não combinou com ele e que quando da emissão das passagens sequer tinha conhecimento que o presidente Bolsonaro iria para os Estados Unidos; QUE um não sabia da viagem do outro e não se encontraram; QUE assumiu a SSP e apenas trouxe duas pessoas de sua equipe do MJ para ocupar funções de relevância na secretaria; QUE manteve o restante da equipe que já trabalhava na secretaria no último mandato; QUE grande parte da equipe já havia trabalhado com o declarante quando foi secretário de segurança pública; QUE ao ser empossado o declarante junto com o secretário executivo Fernando e a subsecretária Marília passaram a semana conhecendo todos os gabinetes da SSP e realizando reuniões com as equipes; QUE antes de viajar passou a Fernando o protocolo de ações integradas para que ele o fizesse ser cumprido, e quaisquer problemas mais graves deveriam ser comunicados ao Governador Ibaneis; QUE até o momento da viagem não havia nenhuma recomendação especial a ser passada a Fernando; QUE nas folhas doze e treze do relatório do interventor é descrito fielmente o fluxo da elaboração de um PAI; QUE indagado se recebeu mensagem do Ministro Flavio Dino no dia 06/01/23 alertando sobre possível ocorrência de atentado, afirmou que não recebeu qualquer mensagem e que não possui o telefone de contato do Ministro Flávio Dino; QUE indagado se participa do grupo “Difusão” da SSP no “Whatsapp”, declarou que participa desde a primeira gestão como SSP e naquela época acompanhava a movimentação; QUE ao assumir o MJ, embora não tivesse saído do grupo, não mais o acompanhava; QUE nos poucos dias que esteve à frente da SSP não retornou no grupo; QUE por não acompanhar o grupo difusão não recebeu as frações de inteligência que informavam sobre possíveis invasões de prédio público, bloqueio de refinaria e distribuidoras de combustíveis e possivelmente uma greve geral no dia 09/01; QUE apesar de não ter tomado conhecimento disso no grupo, tinha conhecimento que essas informações constavam no PAI; QUE ressalta que o PAI previa todas essas situações, a título de exemplo como obrigações da PM/DF: reforçar o policiamento ostensivo nas imediações das centrais de distribuições de combustíveis no SIA; QUE ao assumir a secretaria de segurança pública já havia



sido definido o nome do comandante geral da PM/DF, Coronel Fabio Augusto Vieira; QUE não teve qualquer ingerência nessa nomeação nem em qualquer outra nomeação na corporação e inclusive apesar de o conhecer, não possuía nem seu contato telefônico; QUE apenas tiveram uma reunião para conversar sobre a segurança pública do DF, momento em que trocaram telefones; QUE naquele momento ainda não havia certeza de que haveria uma manifestação no dia 08/01 e que por esse motivo o assunto não foi tratado entre ambos; QUE indagado a respeito do ex-comandante do DOP, Jorge Eduardo Naime, conhece ele como presidente da associação dos oficiais da PM/DF; QUE essa função ele ocupava quando de sua primeira passagem pela SSP; QUE não sabe se hoje ele ainda é o presidente daquela associação; QUE sua relação com ele ocorreu de forma institucional, principalmente por ele ser presidente dessa associação e por ser comandante dos batalhões de Taguatinga e Ceilândia, locais dos mais violentos do DF; QUE tem o contato do Coronel Naime, mas não mantinha contatos telefônicos; QUE não sabe o nome da esposa do coronel Naime e desconhece que ela tenha sido nomeada para algum cargo no MJ e se assim foi, não trabalhou diretamente com o declarante e foi indicada por terceiros que não o Coronel Naime; QUE no MJ trabalhavam outros oficiais da PM e que alguns deles possivelmente deveriam ter algum contato com o Coronel Naime e ter indicado sua esposa para exercer alguma função no MJ; QUE indagado a respeito da localização do seu aparelho celular informou que não o deixou nos Estados Unidos, mas o perdeu; QUE com a decretação de sua prisão no Brasil, passou a ser procurado por uma infinidade de pessoas, ocasião em que resolveu desligar o celular; QUE não sabe onde ele se encontra, mas pode fornecer a senha da nuvem; QUE apenas utiliza o telefone pessoal e todas as conversas estão nesse celular; QUE, se necessário for, se compromete voluntariamente a fornecer login e senha; QUE dada a palavra para esclarecimentos finais quer deixar registrado que nunca esteve nos acampamentos e muito menos manteve contato com as pessoas envolvidas nesses atos criminosos; QUE não questionou o resultado da eleição; QUE foi o primeiro Ministro a entregar os relatórios de gestão do MJ à equipe de transição; QUE recebeu o então indicado para ser Ministro da Justiça numa reunião e disponibilizou o acesso

aos funcionários e às secretarias nacionais para facilitar a transição da titularidade da pasta; QUE nunca recebeu nenhum pedido do Governador Ibaneis para que negligenciasse com a segurança pública, ao contrário ele sempre foi muito preocupado com a manutenção da ordem e a segurança pública do Distrito Federal; QUE o perfil profissional do declarante sempre foi técnico e reservado, não midiático. Nada mais havendo, este Termo de Declarações foi lido e, achado conforme, assinado pelos presentes.

**Da análise dos elementos coletados sobre ANDERSON GUSTAVO TORRES no decorrer desta investigação, verifica-se não ser possível imputar responsabilização civil pelos eventos ocorridos no dia 08/01/2023, conforme será abaixo elucidado.**

Sobre ANDERSON ter viajado dias antes da invasão e depredação dos prédios públicos, registra-se que o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, aduziu em seu depoimento que ao convidá-lo para ocupar o cargo de secretário de segurança pública do DF, no início de dezembro, ANDERSON TORRES já lhe informara sobre uma viagem de férias que faria com a família para os EUA (gravação juntada na certidão de etiqueta PR-DF-00023094/2023).

Em depoimento prestado no bojo do IPL nº 2023.0003473, Gizela Lucy Teixeira Barros, Major PM DF, então ocupante da função de Assessora de Chefia de Gabinete de **ANDERSON TORRES** no Ministério da Justiça, confirmou que sabia que **ANDERSON** “*iria se retirar de férias no início de janeiro de 2023, após 4 anos de trabalho ininterrupto e que ele se encontrava em um estado de exaustão*” (transcrição constante no documento 181.19, p. 372-373, do IC)..

Assim, não é possível inferir que a viagem de **ANDERSON TORRES** no dia 06/01 teve relação com os atos do dia 08/01, visto que no início de dezembro não havia nenhuma informação sobre descida dos acampados no QG para a esplanada dos Ministérios com o escopo de “tomada de poder” a ser realizada no dia 08/01/2023.

Ademais, não há elementos suficiente para se concluir que o secretário de segurança do DF tinha o intuito de permitir que os manifestantes adentrassem e depredassem os prédios públicos. De modo contrário, em diversos momentos da investigação o que se verifica é a adoção de medidas para promover a segurança no DF e tentar impedir que os criminosos avançassem ainda mais em sua empreitada.

Exemplo disso tem-se do depoimento do então Secretário-Executivo de Segurança Pública do Distrito Federal, Fernando de Souza Oliveira, que apontou que em uma reunião ocorrida na sexta-feira, 06/01/2023, às 10h, que contou com a participação dele, de **ANDERSON TORRES**, da Coronel Cintia Queiroz de Castro e do Comandante militar do planalto, General Dutra, **ANDERSON** colocou a SSP à disposição para fazer a desocupação do Quartel General do Exército a qualquer momento (gravação constante na certidão de etiqueta PR-DF-00019150/2023).

Logo, o então secretário de segurança pública não tinha o intuito de manter os acampados à frente do QG, mas sim, colocou o aparato de segurança distrital à disposição do Exército para auxiliar na dissolução das aglomerações na área militar, que já duravam meses.

Destaca-se ainda que o Plano de Ações Integradas na Secretaria de Segurança Pública do DF (PAI), documento que aponta as diretrizes que deveriam ser adotadas pelos órgãos envolvidos com a segurança pública, foi aprovado pelo próprio **ANDERSON TORRES**, o que indica que não houve omissão no cumprimento de suas funções legais:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Fl. 30  
CGRC/DICDF  
2023.00034

Gabinete

Despacho - SSP/GAB

Brasília-DF, 06 de janeiro de 2023

**Assunto:** Protocolo de Ações Integradas para aprovação - Manifestação Pública: Chamamento Rede Sociais

**Referência:** PAI nº 02/2023 (103272690)

1. Trata-se do Despacho - SSP/SESP (103297022), da Secretaria Executiva de Segurança Pública encaminhando o Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023 (103272690), alusivo à Manifestação Pública: CHAMAMENTO REDES SOCIAIS, para os dias 07, 08 e 09 de janeiro de 2023.
2. **APROVO** o Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023 (103272690) nos termos apresentados.
3. À **SESP**, com vistas à **SOPI**, para medidas decorrentes.

**ANDERSON GUSTAVO TORRES**

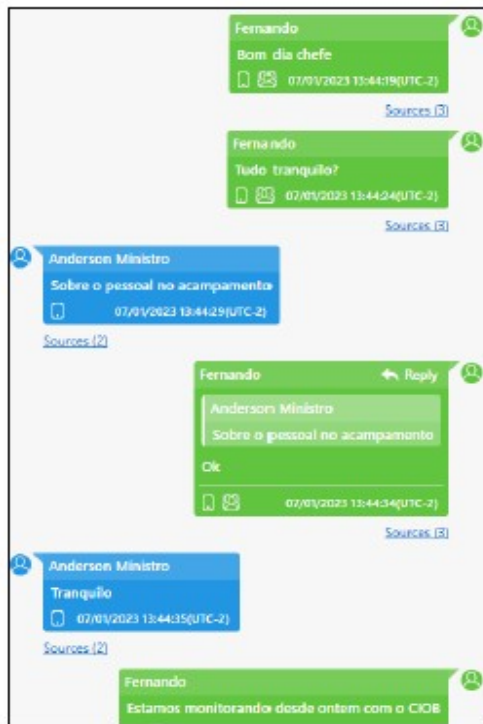
Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal



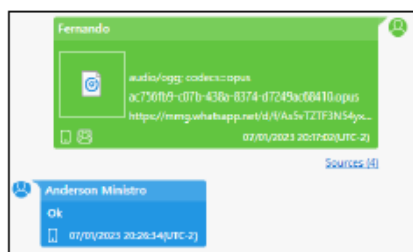
Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON GUSTAVO TORRES - Matr.1710664-8**, Secretário(a) de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, em 06/01/2023, às 15:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Ademais, no dia 07/01/2023, sábado, **ANDERSON TORRES** solicitou ao seu substituto, Fernando de Souza Oliveira, que atualizasse o governador Ibaneis Rocha sobre a situação das manifestações, conforme depoimento do próprio Fernando e da mensagem constante no Relatório de Análise de Polícia Judiciária nº 02/2023, por meio do qual a PF analisou no âmbito do inquérito que tramita perante o STF, conversas realizadas por **FERNANDO** em aplicativos de mensagem (documento 179.5, pág. 1):





No mesmo dia 07, na parte da noite, Fernando encaminhou um áudio para **ANDERSON**, tranquilizando-o da situação e cientificando que estava repassando as informações para o governador:



**Áudio ac756fb9-c07b-438a-8374-d7249ac68410.opus (Voz de FERNANDO):**  
*"Boa noite, chefe. Desculpa perturbar o senhor em viagem...só pra dar o último informe...é, eu combinei com o Governador de passar informações quatro vezes ao dia pra ele: manhã, hora do almoço, final de tarde*

*e final de noite. Então, falei com ele agora...e final da noite vou mandar um áudio, né...breve, na síntese do que está acontecendo, mas até agora está tudo controlado...só teve uma reunião com um ponto focal da PF, que é o doutor ANDREI, que é o ponto focal do MJ. Fizem algumas solicitações, eu pedi pra formalizar pra pedir pro Governador...é...formalmente, né...esses pedidos dele...tá bom? Só deixar o senhor informado aí. Abraço!"*

Dessa forma verifica-se que, em que pese **ANDERSON TORRES** não estivesse presencialmente em Brasília, ele se preocupou em manter o chefe do Executivo distrital atualizado, de forma que pudessem ser adotadas as medidas adequadas para a segurança pública. Ocorre que,

conforme se verificou ao longo desta investigação, as informações sobre o caráter violento dos atos do dia 08/01 não eram certas, prejudicando a proteção dos prédios.

Ressalta-se ainda que o então secretário de segurança pública do DF não recebeu diretamente informes de inteligência ou alertas vindos da subsecretaria de inteligência da SSP, conforme se verifica do depoimento de **MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR** no bojo do IPL 4.923, que tramita perante o STF (transcrição constante no documento 181.9, págs. 670-671, do IC):

**QUE** perguntada a respeito de eventuais informações de inteligência sobre as manifestações solicitadas por Anderson Torres, respondeu que não houve, já que na sexta-feira ele já havia saído de férias;

**QUE não falou com Anderson Torres nem durante o domingo, antes, durante ou após o atentado;**

**QUE** sabe seu chefe Fernando Oliveira recebeu ligação da Anderson Torres durante o atentado, mas não sabe precisar se eles chegaram a conversar; **QUE** recebeu ligação de Anderson Torres no dia seguinte aos eventos e que sua voz denotava estar bastante abalada;

**QUE** considera que o repasse de informação de inteligência foi devidamente realizado a todos os órgãos envolvidos, sendo que a parte operacional cabia a cada um conforme definido no PAI;

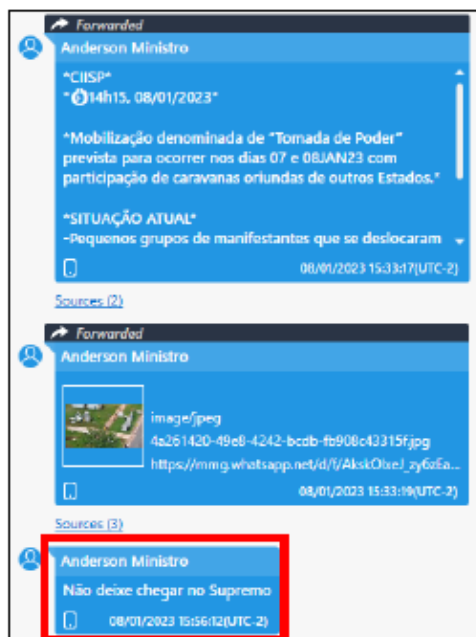
**QUE** Anderson Torres comunicou a equipe que iria viajar para os Estados Unidos na quinta-feira, salvo engano, sendo que ele viajou na sexta-feira;

**QUE naquele momento ainda não havia uma apreensão de que a manifestação que pudesse ocorrer e que ela fosse tão violenta.**

Deste modo, **ANDERSON TORRES** não foi municiado com informações suficientes acerca da certeza do caráter belicoso das manifestações, o que também o impossibilitou de adotar medidas mais severas para a segurança pública junto ao governador do DF.

A ausência de dolo de **ANDERSON TORRES** evidencia-se ainda quando, no dia 08/01/2023, após o PMDF Henrique encaminhar no grupo de mensagens “Difusão” um informativo indicando que os manifestantes estariam se deslocando para a Esplanada dos Ministérios e improvisando barracas e coberturas com material que estava no gramado central, **ANDERSON** encaminhou mensagem a Fernando, determinando que não deixasse os manifestantes adentrarem ao prédio do Supremo Tribunal Federal:

**XVI. 08/01/23 15:33 – Conversa entre FERNANDO [55 99973-6515] e ANDERSON MINISTRO (nome do contato) [61 98131-9890]:** por volta das 15:33, aproximadamente vinte minutos após o PMDF HENRIQUE divulgar a mensagem e a imagem no grupo DIFUSÃO, ANDERSON, que pertence ao dito grupo, encaminha as mesmas para FERNANDO e, alguns minutos depois, acrescenta, às 15:56, “Não deixe chegar no Supremo”. As mensagens de ANDERSON TORRES não obtiveram resposta de FERNANDO.



Conforme se depreende dos fatos acima apontados, **ANDERSON TORRES** tentou mitigar os danos promovidos pelos criminosos do dia 08/01 e, mesmo à distância, repassou orientações para impedir consequências mais graves dos atos.

Ademais, não é possível apontar uma conduta objetiva dolosa de **ANDERSON TORRES** que tenha sido empregada para as invasões e depredações das sedes do três poderes da República.

Ressalta-se ainda que eventual falha de segurança cometida por outros órgão não podem ser vinculadas automaticamente a uma responsabilização da Secretaria de Segurança Pública do DF.

Em sua peça de resposta ao presente IC (PR-DF-00094962/2023), **ANDERSON TORRES** destacou trechos de alguns depoimentos colhidos de testemunhas no bojo do PAD conduzido pela Polícia Federal em face dele:

## 1. DPF JULIO DANILO SOUZA FERREIRA:

Ouvido em 23/08/2023, o Sr. JULIO DANILO, **ex-Secretário de Segurança Pública do DF**, foi enfático ao afirmar que a Secretaria de Segurança Pública é um órgão que promove a integração entre os demais órgãos de segurança, como a Polícia Militar, Corpo de bombeiros, dentre outros, sendo que cada um destes mantém sua autonomia a respeito de como executar suas funções, **deixando claro que a Secretaria, bem como o Secretário de Segurança, não podem ser responsabilizados por falhas que estes cometam na execução dos seu respectivo mister.**

Também atestou que o PAI – Protocolo de Ações Integradas - é elaborado pela Subsecretaria de Operações Integradas, cabendo ao Secretário de Segurança a aprovação do documento e aos órgãos de segurança o dever de se planejar para cumprimento do protocolo.

Destacam-se os seguintes trechos do depoimento do Sr. JULIO DANILO:

- 05min34s: informa que a execução das ações de segurança cabe aos respectivos órgãos;
- 12min05s: informa que o Interessado ANDERSON comunicou em dezembro/2022 que viajaria em janeiro/2023;
- 23min30s: fornece explicações sobre o PAI – Protocolo de Ações Integradas, informando que *"todos os órgãos construíam seus planejamentos e depois integravam esse PAI"*
- 26min30s: informa que cada órgão de segurança constrói seu planejamento operacional, não a Secretaria de Segurança Pública;
- 29min03s: informa sobre o gabinete de crise;
- 36min30s: informa que o gabinete de crise foi instaurado por Dr. Fernando, posto que este estava no exercício do cargo de secretário;
- 41min00s: informa sobre o Fechamento Esplanada dos Ministérios.



Como se depreende dos depoimentos do Sr. JULIO DANILO, cabia a cada órgão de segurança realizar seu próprio planejamento e preparar seu efetivo, uma vez que **a SSP/DF não possui hierarquia, poder de comando ou interferência nos órgãos de segurança**, os quais são autônomos para gerir sua atuação e seu efetivo.

## 2. DPF THIAGO SEVERO DE REZENDE

Ouvido em 23/08/2023, o Sr. THIAGO SEVERO confirmou que apenas em 06/01/2023 foi gerado Relatório de Inteligência (RELINT) nº 6 sobre os riscos do dia 08/01/2023, o qual, como se verificará em outros depoimentos, só chegou ao conhecimento da Secretária de Segurança do DF **em 09/01/2023**.

Frise-se, por oportuno, que, embora o relatório da CPMI do Senado afirme que havia alertas desde o dia 02/01/2023 (Procedimento 1.16.000.000196/2023-11, Documento 168, Página 632), a testemunha asseverou que apenas a partir do dia 06/01/2023 é que ocorreu a entrega de tais informes à SSP/DF, e, ainda assim, os comunicados, por falha no trâmite das informações, **não chegaram ao conhecimento do Interessado ANDERSON**.

Tampouco procede a afirmação da CPMI de que "*Anderson Torres era uma das autoridades públicas que mais possuía conhecimento a respeito das ameaças golpistas*" (Procedimento 1.16.000.000196/2023-11, Documento 168, Página 831). A ausência de comunicação pelos setores de inteligência desmente tal afirmação da CPMI.

A testemunha não pôde confirmar a ciência do Interessado ANDERSON sobre o documento. Com efeito, não poderia mesmo atestá-la, uma vez que o Interessado ANDERSON jamais o recebeu ou foi comunicado a seu respeito, tanto que a própria SSP/DF, em 22/08/2023, consoante documento anexo, confirmou que:

Não há nos arquivos desta Subsecretaria registro de recebimento do Relatório de Inteligência nº 06/2023/30/SI/SSP/DF, não sendo possível a este subscritor informar se o então SSP/DF, ANDERSON GUSTAVO TORRES, e o Secretário Executivo da SSP/DF, FERNANDO DE SOUSA OLIVEIRA efetivamente tiveram acesso a este documento.

Patente, portanto, a ausência de ciência do Sr. ANDERSON acerca dos relatórios de inteligência.

## 3. DPF GEORGE ESTEFANI DE SOUZA DO COUTO

Ouvido em 24/08/2023, o Sr. GEORGE ESTEFANI é deveras elucidativo sobre a ausência de normas que prevejam o fluxo de informações entre os órgãos de inteligência. Ele deixou clara a indefinição acerca de como se deve comunicar ou a quem se deve comunicar as informações recebidas pelos órgãos de inteligência.

Em seu depoimento, o Sr. GEORGE afirmou que o RELINT nº 6 foi confeccionado apenas na tarde de 06/01/2023 e entregue à Secretaria de Segurança do DF, mas não informou a quem foi entregue.

O Sr. GEORGE também apontou que o "PAI se limita a traçar os resultados esperados na atuação das forças. Existe um respeito muito grande pela autonomia das forças. Traça uma lista de resultados esperados, e a partir disso, dessas linhas gerais de ação ou daquilo que não se espera que aconteça, por exemplo uma invasão de prédio público, cada força atua no sentido de promover os seus próprios planejamentos".

Novamente se observa que eventuais falhas na execução do PAI devem ser atribuídas exclusivamente aos órgãos executores.

Ante a dificuldade de simplesmente indicar trechos pontuais do depoimento, transcreve-se a seguinte fala abaixo:

- 04min00s: *"Uma vez cumprido o PAI, uma operação de inteligência também chega ao seu fim, o que existe naturalmente entre uma operação e outra é o monitoramento ordinário da atividade de inteligência, avaliação de riscos, coleta de novos dados que possam ensejar uma necessidade de atuação das forças de segurança. Mas também é importante deixar claro que o PAI é um documento que ele se limita a traçar os resultados esperados na atuação das forças. Existe um respeito muito grande em relação à autonomia do planejamento das próprias forças. Então o PAI, ele traça uma lista de resultados esperados e, a partir dessa lista, dessas linhas gerais de ação ou daquilo que não se espera que aconteça, por exemplo uma invasão de prédio público, cada força atua no sentido de promover os seus próprios planejamentos."*

Conquanto o relatório da CPMI do Senado afirme que haveria falha do Interessado ANDERSON por não ter acionado o Protocolo Tático Integrado – PrTI (Procedimento 1.16.000.000196/2023-11, Documento 168, Página 700/702) que fora utilizado para a posse presidencial, como apontado no depoimento acima, o PAI já

apresenta, numa visão macro, o direcionamento para que as respectivas forças de segurança elaborem suas operações.

A ausência de um PrTi não afasta a existência do PAI 02/2023, que fora elaborado, inclusive, mediante reunião prévia com os diversos representantes das forças de segurança.

Ademais, como exposto, vários informes de inteligência **não** foram entregues em tempo à SSP/DF, tampouco ao Interessado ANDERSON, falhas que não seriam supridas por um PrTi.

#### **4. DPF FERNANDO DE SOUSA OLIVEIRA (ex-secretário executivo de Segurança Pública do Distrito Federal)**

Ouvido em 25/08/2023, o Sr. FERNANDO foi assertivo quanto à ausência de informações concretas sobre os riscos do dia 08/01/2023, esclarecendo que mantinha contato com os pontos focais dos órgãos de Segurança, em especial a Polícia Militar, porém esta teria falhado em se preparar para o cumprimento do PAI nº 02/2023.

Em seu depoimento, o Sr. FERNANDO explicou que, ante julgados do STF, é possível fechar a esplanada para o acesso de veículos, mas não para pedestres.

O Sr. FERNANDO deixa claro, por meio das atitudes descritas, que este atuava como secretário na ausência do Interessado ANDERSON, o que, inclusive, é uma **incumbência prevista no art. 5º, III, do Regimento Interno da Secretaria de Segurança do DF (Decreto nº 40.079/2019)**.

Apesar de afirmar que não tinha sido apresentado aos pontos focais ou ter recebido instruções (Procedimento 1.16.000.000196/2023-11, Documento 168, Página 695), o Sr. FERNANDO confirmou que possuía o contato de todos e os meios para acioná-los e manter diálogo, além de ter total conhecimento do PAI nº 02/2023 e das medidas cabíveis, tanto que acionou o gabinete de crise no dia 08/01/2023.

O Sr. FERNANDO confirmou, ainda, que, após reunião em 07/01/2023, em que o DPF ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES expôs algumas preocupações sobre o dia 08/01/2023, encaminhou os respectivos requerimentos ao Governador IBANEIS ROCHA, tendo comunicado ao Interessado ANDERSON (que



já se encontrava nos EUA) que tomou as providências necessárias.

- 1min00s: explana sobre as informações que possuía, bem como que a Secretaria é um órgão integrador sem efetivo para execução de operações e sem hierarquia sobre os órgãos de execução;
- 1min55s: expõe sobre o fechamento da esplanada;
- 32min00s: informa que a PM se fez presente em efetivo muito inferior ao prometido
- 32min30s: explica como a esplanada estava fechada no dia 08/01/2023, o que não impede a circulação de pessoas
- 36min45s: confirma que tinha o contato dos pontos focais e do Governador para acioná-los se necessário;
- 38min50s: informa que encaminhou ao Governador do DF os requerimentos da reunião do dia 07/01/2023, comunicando ao Interessado ANDERSON que fez isso;
- 39min10s: confirma que as informações fornecidas pela PM eram de clima tranquilo.

## **5. CEL. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO**

Ouvida em 28/08/2023, a Sra. CINTIA trouxe relevantes esclarecimentos sobre a elaboração do PAI nº 02/2023, uma vez que foi a responsável pela sua confecção e já teria elaborado centenas de PAI's.

A Sra. CINTIA confirmou que convocou a reunião de 06/01/2023 com os representantes dos órgãos de Segurança para elaboração do PAI, atestando que cabia a eles o planejamento de como executariam suas atribuições, e não à Secretaria de Segurança Pública do DF.

Referido depoimento afastou a alegação da CPMI de que o Interessado ANDERSON teria sido o único responsável pela elaboração do PAI nº 02/2023 (Procedimento 1.16.000.000196/2023-11, Documento 167, Página 90), quando sua confecção, na verdade, contou com a participação de diversos representantes dos órgãos de segurança.

A depoente também apontou falhas no recebimento de informações pela Inteligência, visto que, apesar de seu cargo, não compunha os canais da comunicação da Inteligência. Segundo afirmou, o PAI foi elaborado sem qualquer informação sobre depredação. Vejamos excertos relevantes:

- 14min15s: informa que apenas em 05/01/2023, quinta-feira de noite, soube que chegariam caravanas, mas ainda sem qualquer informação sobre violência;
- 22min00s: esclarece que o RELINT nº 6 foi deixado em seu gabinete no dia 06/01/2023, sexta-feira, quando já não estava na secretaria, vindo a tomar conhecimento do teor do documento quando retornou ao gabinete em 09/01/2023, segunda-feira;
- 23min00s: informa que não faz parte dos canais de inteligência, não tendo acesso às suas comunicações, tendo feito o PAI sem conhecimento dos alertas da inteligência;
- 25min20s: presta informações sobre a reunião de 07/01/023, com o DPF ANDREI AUGUSTO RODRIGUES e quais providências seriam tomadas para impedir problemas, sendo que a Sra. CINTIA se baseou no efetivo que a PM havia prometido utilizar;
- 29min30s: confirma que seria inconstitucional impedir pedestres na esplanada;
- 36min15s: informa que não comunicou o Sr. ANDERSON da chegada das caravanas, pois não tinha confirmação se de fato viriam ou sua intenção
- 44min00: explica que o PAI não é retificado.

Como se observa, apenas na segunda-feira, 09/01/2023, a SSP/DF tomou conhecimento do RELINT nº 6, que fora recebido fisicamente.

## **6. CEL JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO**

Ouvido em 28/08/2023, o Sr. JORGE HENRIQUE trabalhou na Subsecretaria de Inteligência da SSP/DF, entre março de 2022 e fevereiro de 2023.

A testemunha informa que apenas em 05/01/2023, por e-mail, tomou conhecimento da possibilidade das manifestações do dia 08/01/2023 serem violentas, vindo a elaborar o RELINT nº 06, o qual, somente no dia 06/01/2023, após às 17h, foi entregue em mãos ao Sr. ROSIVAN.

A testemunha não soube informar se as informações recebidas em 05/01/2023 ou mesmo o relatório de 06/01/2023 chegaram ao conhecimento do Sr. ANDERSON TORRES.

Ainda, sobre a existência do grupo de WhatsApp chamado DIFUSÃO, a testemunha atestou que o Sr. ANDERSON não fazia parte do grupo.

Em suma, as informações de inteligência sobre o dia 08/01/2023 não foram transmitidas ao Sr. ANDERSON, pelo simples fato de que ninguém lhe repassou tais dados.

## **7. TC PM ROSIVAN CORREIA DE SOUZA**

Ouvido em 29/08/2023, o Sr. ROSIVAN confirmou que o PAI nº 02/2023 foi elaborado considerando o risco de invasão dos prédios públicos, razão pela qual determinava a restrição na circulação de pedestres na Praça dos Três Poderes.

Destaca-se que, em seu depoimento (5m20s), a testemunha confirma que no dia 06/01/2023, após 17h, recebeu do CEL JORGE HENRIQUE um relatório, que estava dentro de um envelope lacrado, deixando o documento em sua mesa, pois a subsecretária MARÍLIA, a quem o documento estava endereçado, estava em "missão fora da Secretaria".

O citado documento veio a ser lido somente **em 09/01/2023**, segunda-feira, quando o Sr. ROSIVAN e a subsecretária MARÍLIA retornaram à SSP/DF, ocasião em que ambos tomaram conhecimento do conteúdo do envelope e de que se tratava de um RELINT – Relatório de Inteligência.

Consequentemente, o Sr. ANDERSON não teve conhecimento do conteúdo do RELINT nº 6 antes dos eventos do dia 08/01/2023.

A testemunha ainda confirmou que não havia informações de que as manifestações tomariam as proporções a que chegaram em 08/01/2023.



## 8. OFICIAL DE INTELIGÊNCIA DA ABIN - SAULO MOURA DA CUNHA

Ouvido em 01/09/2023, o Sr. SAULO, que atuava como Diretor Geral Adjunto, **confirmou a ausência de comunicação prévia à SSP/DF a respeito de informações sobre as manifestações do dia 08/01/2023.**

- 01min24s: confirma que entre os dias 02/01/2023 e 06/01/2023 não foi encaminhado nenhum alerta à SSP/DF, que apenas a partir do dia 07/01/2023 passou a encaminhar alertas à subsecretaria de Inteligência da SSP/DF;
- 01min50: testemunha pediu ao seu "adjunto", em 07/01/2023 que encaminhasse os alertas à Subsecretária MARÍLIA;
- 02min40s: apenas na noite do dia 07/01/2023 foi criado grupo de WhatsApp em grupo em eu havia a Subsecretária Marília para envio de eventuais alertas;
- 11min00s: informa que apenas a partir do dia 06/01/2023 passam a verificar dados que acusem violência e risco nas manifestações.

Anexa à presente manifestação, segue o relatório da ABIN sobre os alertas difundidos, donde se extrai que **apenas em 06/01/2023, às 19h40, a ABIN** passou a emitir alertas acerca de "risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades", sendo que **somente em 08/01/2023, às 09h00, a SSP/DF chegou a ser destinatária dos alertas.**

Novamente percebe-se a total ausência de comunicação ao Sr. ANDERSON a respeito das informações obtidas pelos setores de inteligência.

Conforme se depreende dos excertos acima, a Secretaria de Segurança Pública, chefiada por **ANDERSON TORRES** à época dos fatos, não se omitiu de seu dever de promover a integração dos órgãos de segurança pública, notadamente ao promover a elaboração do Plano de Ações Integradas, no dia 06/01/2023. Registra-se que a SSP não possui efetivo próprio para guarnecer os prédios públicos e impedir o vandalismo ocorrido no dia 08/01/2023.

Caso **ANDERSON TORRES** tivesse o intuito de facilitar dolosamente as invasões e depredações que ocorriam no dia 08/01/2023, não haveria razão de ter assinado o PAI com as diretrizes a serem adotadas pelos diversos órgãos públicos envolvidos na segurança do DF.

Ademais, a viagem do então secretário de segurança pública com sua família para Orlando/EUA já havia sido comunicada muito antes de circular qualquer notícia sobre manifestações no dia 08/01, não existindo possibilidade de vinculá-la com os atos criminosos ocorridos naquele dia. Do exame dos fatos observa-se também que, ainda que **ANDERSON**



**TORRES** estivesse no Brasil no dia 08/01/2023, não se vislumbra que modo isso alteraria as graves consequências das invasões daquele dia, visto que a SSP não é órgão executivo de segurança pública.

Ressalta-se ainda que outros órgãos que atuam com segurança pública possuem suas próprias centrais de inteligência. Nada obstante, em que pese a circulação de mensagens esparsas apontando a possibilidade de ações violentas por parte de algumas pessoas que estavam no QG, não foram identificados documentos oficiais com uma precisa e firme análise de risco dos fatos que ocorreriam no dia 08/01/2023, apontando a certeza do seu caráter violento.

Na reunião, ocorrida no dia 06/01/2023, para elaboração do Plano de Ações Integradas na Secretaria de Segurança Pública do DF (PAI) sobre os possíveis eventos do final de semana seguinte, encontro com a presença de representantes de vários órgãos públicos, além de não haver informações sobre o dia certo para ocorrerem as manifestações, não se tinham dados acerca de alta adesão de participantes. Logo, o evento foi tratado como algo pequeno, até porque os acampamentos em frente ao exército ao longo de todo o país já contavam com um número reduzido de participantes, quando comparados com a ocupação dos meses anteriores.

Da análise da ata da reunião para elaboração do PAI, constata-se ainda que em diversos momentos as informações que circulavam sobre os eventos não eram precisas:

O TC ROSIVAN continuou observando que, inicialmente, o evento tem baixa adesão, mas não há certeza que o evento não ocorrerá, sendo necessário prever os procedimentos dos órgãos para não serem surpreendidos. Foi esclarecido que houve relatos de algumas caravanas de Minas Gerais, sem

(...)

alcance dos movimentos. Que existe preocupação quanto às caravanas, mas que inicialmente a informação da inteligência é que a adesão ao movimento é baixa. Mas que é preciso estar atento

(...)

O representante do Senado, Sr GABRIEL DIAS, informou que ainda não havia confirmação do deslocamento das caravanas dos estados.  
O TC ROSIVAN informou que tem possíveis saídas de ônibus em várias datas, demonstrando inconsistência das informações, não sendo identificadas lideranças coletivas. Que será construído um

(...)

O CEL CASSIMIRO informou que está monitorando com a inteligência da PMDF e que, até o momento, não há informações concretas com relação aos movimentos. Que há um

(...)

A CEL CINTIA, Subsecretária de Operações Integradas, informou que está em contato com a PRF, e acionará novamente o grupo de WhatsApp "Perímetro de Segurança", que a ANTT não tem nenhum registro de ônibus com destino a Brasília. Que foi realizado contato com as inteligências

dos estados, que as inteligências informaram que há mobilizações nas redes sociais, mas ainda não foram confirmadas. Que será acionado o perímetro de segurança, monitoramento no sistema córtex,

Sobre a ausência de informações precisas quanto ao caráter belicoso do movimento monitorado, tem-se também o depoimento prestado pela então subsecretária de inteligência do DF, Marília Ferreira de Alencar no bojo do inquérito policial nº 4.923 DF, que tramita perante o STF, aduzindo (transcrição do depoimento constante no documento 180.10, págs. 165-171, do IC):

QUE inclusive recebeu do STF documento no dia 06 com uma análise baseada em redes sociais sobre a manifestação convocada para aquele fim de semana; QUE nesse informe a inteligência do STF conclui que naquele

dia 06 de janeiro não havia nenhum dado concreto que corroborasse o fretamento do quantitativo de ônibus que está sendo anunciado pelos organizadores do movimento e que embora a disseminação da convocação tenha crescido exponencialmente em 05 de janeiro, não se considerou que isto pudesse refletir em uma adesão massiva ao movimento;

Sobre a informação de inteligência recebida do STF, Marília esclareceu em sua resposta apresentada neste inquérito civil (PR-DF-00090298/2023) que no dia 07/01/2023 ela realizou contato com o chefe da inteligência do Supremo Tribunal Federal, Maurício Viegas, tendo se colocado à disposição daquela agência para a troca de informações, o que passou a fazer imediatamente. Na ocasião, Maurício Viegas lhe enviou, pelo Whatsapp, informação de inteligência produzido no dia anterior, pelo STF, com o seguinte teor:

Encaminhada

**ATUALIZAÇÃO**

**GEINT/SEG/STF**

**06JAN2023 - 7h**

CONVOCAÇÃO PARA ATO DE PROTESTO EM BRASÍLIA NOS DIAS 7 E 8 DE JANEIRO.

**Resumo:** Manifestação convocada para este final de semana em Brasília. Embora organizadores do Ato denominado **Tomada do Poder pelo próprio povo** falem na participação de 1 milhão ou 500 mil pessoas (a depender da fonte consultada) nos próximos dias 7 e 8 de janeiro, uma estimativa mais realista remete para quantitativos bem inferiores a esses. Deve-se ressaltar, todavia, que aqueles que eventualmente venham a aderir ao movimento (que nega a legitimidade do pleito presidencial) podem ser classificados como os **mais motivados ideologicamente** dentre todos os manifestantes.

**Tempo para leitura:** três minutos.

1) Descrição do Ato

- Circulam nas redes sociais convocações para o Ato **Tomada do Poder pelo próprio povo**. O protesto está agendado para os dias 7 e 8 de janeiro, respectivamente, sábado e domingo.
- Embora as publicações iniciais mencionassem apenas a invasão ao Congresso Nacional, já há vários vídeos citando expressamente o STF como outro alvo dos manifestantes.
- O movimento contaria ainda com uma segunda frente, destinada a impedir o acesso às principais refinarias de combustível do País.

2) Lideranças Identificadas

- Dentre as principais lideranças identificadas nas redes sociais, encontram-se os blogueiros Renato Gasparim e Oswaldo Eustáquio. Outra liderança identificada seria o indivíduo conhecido como Ramiro dos caminhoneiros.

### 3) Proposta do Ato

■ Segundo declarações efetuadas pelas lideranças, a proposta do Ato seria a **Tomada do Poder**, que se concretizaria com a invasão do Congresso Nacional e também do STF. Segundo o blogueiro Oswaldo Eustáquio, essa ação ocorreria com a colocação de 1 milhão de pessoas em Brasília, o que demandaria o deslocamento de aproximadamente 25.000 ônibus. Ramiro dos caminhoneiros, por sua vez, em áudio publicado no dia 04/JAN2023, afirma que 3.000 ônibus já teriam sido fretados para efetuar o deslocamento de manifestantes para Brasília, e que outros 10.000 ônibus seriam contratados nos próximos dias, o que, caso se confirme, resultaria em aproximadamente 500 mil manifestantes em Brasília, ou seja, a metade do quantitativo veiculado por Oswaldo Eustáquio.

■ Considera-se que ambas as estimativas estejam hiperinflacionadas, e não correspondam à real capacidade de mobilização dos organizadores deste Ato.

■ Em uma avaliação mais realista, acredita-se que mesmo com um eventual sucesso da convocação, a adesão real de manifestantes seria bastante inferior ao que está sendo divulgado por seus organizadores.

■ Ressalte-se ainda que algumas publicações fazem menção a uma segunda frente, que teria o objetivo de impedir o acesso às refinarias de combustível e, desse modo, provocar a paralisação das cadeias de abastecimento no Brasil.

### 4) Análise do Grau de Engajamento

■ Os blogueiros Renato Gasparim e Oswaldo Eustáquio possuem mandados de prisão expedidos pelo Ministro Alexandre de Moraes, e no momento são considerados foragidos pela justiça. O potencial de engajamento de ambos reduziu drasticamente nos últimos dias, e não é factível considerar que eles ainda tenham capacidade para mobilizar grandes massas de manifestantes nesse contexto. O indivíduo conhecido como "Ramiro dos caminhoneiros" nunca foi visto como liderança, nem mesmo em sua própria categoria. Em um protesto anterior, em que ele conclamou a presença de 1000 caminhoneiros em Brasília, com o propósito de destituir os ministros do STF, somente 6 (seis) veículos atenderam ao seu chamado.

■ Até o momento (06/JAN2023 - 06h), **não há nenhum dado concreto que corrobore o fretamento do quantitativo de ônibus que está sendo anunciado pelos organizadores do movimento.**

■ Pelos motivos expostos acima, embora a disseminação da convocação tenha crescido exponencialmente na data de ontem (05/JAN2023), não se considera que isto possa se refletir em uma adesão massiva ao movimento.

### 5) Avaliação da Magnitude do Ato



##### 5) Avaliação da Magnitude do Ato

■ Acredita-se, em razão da descredibilidade de suas lideranças, que o Ato não tenha capacidade para mobilizar grande quantidade de manifestantes.

■ É provável que ocorra hoje, ao longo do dia, o deslocamento de vários ônibus com ativistas para Brasília, os quais devem se concentrar na área do QGEX, que já é utilizada costumeiramente pelos manifestantes. É improvável, contudo, que as lideranças citadas compareçam pessoalmente a Brasília, de modo que as orientações para os manifestantes devam continuar sendo veiculadas por meio das redes sociais.

■ Ademais, estima-se, com base nos dados obtidos até o momento, que o Ato seria consubstanciado **em um protesto que não alcançaria 10% do total de manifestantes veiculado por seus organizadores.**

■ Todavia, deve-se ressaltar que os manifestantes que porventura venham a Brasília para participar deste Ato, embora em número inferior ao que divulgam os seus organizadores, são **aqueles que estão ideologicamente mais motivados.** Ou seja, não aceitam o resultado do pleito e estariam dispostos ao enfrentamentos direto para fazer valer a sua opinião.

14:19

Logo, verifica-se que o grau de periculosidade avaliado pelas instituições naquele momento sobre o evento que ocorreria era dado como baixo, o que indica que os agentes de segurança foram surpreendidos com a alteração do *animus* dos manifestantes, o que impossibilitou um planejamento e execução mais efetivos no combate aos atos criminosos ocorridos no dia 08/01/2023.

Outros órgão públicos, como a Câmara dos Deputados, também possuíam um setor de inteligência, com agentes monitorando o QG de dentro do acampamento e, mesmo assim, não foram capazes de entender a dimensão dos eventos que se sucederiam no dia 08/01 e convocar previamente reforço da polícia legislativa, conforme se depreende do depoimento do Diretor do Departamento de Polícia da Câmara dos Deputados, Paul Pierre Deeter (gravações juntadas por meio da certidão PR-DF-00006885/2023):

Quando começaram a descer o declarante chamou mais policiais da Câmara para auxiliar. Ele tinha 30 agentes até aquele momento.

A polícia da Câmara não tem muitos efetivos e nem possui tropa de choque, cavalaria ou treinamento especial. A polícia da Câmara existe para fazer o trabalho interno e o externo de pequenos grupos, não é feita para lidar com multidão.

Já havia autorização prévia para chamar mais policiais da Câmara.

**A inteligência da Câmara, que estava infiltrado no acampamento, por meio ... , informou o declarante sobre o deslocamento e nesse momento é que foram chamados mais policiais da Câmara.**

Consta ainda no anexo 4 do Relatório do Interventor **RICARDO CAPELLI** os apontamentos da PMDF sobre a baixa expectativa de público na manifestação do dia 08/01/2023:

Em assim sendo, a Polícia Militar do Distrito Federal, diante das informações preliminares que indicavam a possibilidade de realização de atos populares na área central de Brasília, nos dias 07 e 08JAN2023 (sábado e domingo), com indicativos de baixa adesão, empregou recursos operacionais com vistas a assegurar e preservar a ordem pública no centro de Brasília, sem prejuízo da realização de policiamento em outras regiões da Capital.

Corroborando com o entendimento acima, faz-se necessário mencionar o extrato de inteligência confeccionado pelo Centro de Inteligência/PMDF, constante no processo SEI nº 00054-00005015/2023-70, nos seguintes termos:

Ao tempo em que o cumprimento, em atenção ao documento da referência, e no que tange à Atividade de Inteligência Policial Militar, esta Agência Central informa que, relacionado aos atos em comento, **NENHUM documento de inteligência foi recebido por esta Agência via canal técnico oriundo de Agências de Inteligência integrantes do Sistema de Inteligência de Segurança Pública ou do Sistema Brasileiro de Inteligência.**

Cumprir informar ainda que, no dia 04 DE JANEIRO DE 2023 (quarta feira), em contato com ponto focal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em busca de informações sobre possíveis caravanas oriundas de outros Estados com destino ao Distrito Federal, este Centro foi informado que **NENHUM VEÍCULO** havia sido registrado até então.

No dia 05 de janeiro de 2023 (quinta feira), nova consulta a ANTT foi feita às 17h30, quando aquela agência informou que **ainda não havia registro de veículo com a característica informada no sistema, frisando inclusive que, para o período em específico, a quantidade de ônibus circulando estava abaixo do normal para fins de semana.**

No dia 06 DE JANEIRO DE 2023 (sexta feira), às 14h15, a ANTT informou sobre atualização de dados no sistema e que teria sido verificado o registro (autorização de viagem) para **23 ÔNIBUS** e um total de **797 PASSAGEIROS**; No mesmo dia, às 17h50 houve nova atualização de registros para **43 ÔNIBUS** com **1.622 PASSAGEIROS**;

No dia 07 DE JANEIRO DE 2023 (sábado), às 12h00, a ANTT informou nova atualização de dados para **105 ÔNIBUS** e **3.951 PASSAGEIROS**;

No dia 08 DE JANEIRO DE 2023 (domingo), houve atualização de dados às **09h46** para **133 ÔNIBUS** e **5.021 PASSAGEIROS**;

De 02h00 do dia 07JAN23 (sábado) até 20h15 do dia 08JAN23 (domingo), esta Agência de Inteligência acompanhou e monitorou a chegada dos **132** ônibus ao DF, tendo assessorado os principais órgãos diretamente envolvidos com a operação, conforme Protocolo de Operações Integradas da SSP/DF. (grifo nosso)

Portanto, sob todos os aspectos que se examinam os fatos, constata-se que as invasões e depredações às sedes dos três poderes da República em Brasília/DF, ocorridas no dia 08/01/2023, não podem ser atribuídas a **ANDERSON GUSTAVO TORRES**.

O que se verifica é que os órgãos de segurança envolvidos no planejamento para as possíveis manifestações que ocorreriam no dia 08/01/2023 não tinham total ciência do caráter violento de parte dos manifestantes.

Minutos antes da invasão, quando houve o rompimento da linha de contenção disposta na Alameda das Bandeiras, é que foi identificado que vários invasores estavam fortemente armados e preparados para o confronto, com indícios inclusive de terem “treinamento militar”, não sendo o mesmo perfil de pessoas que ocupavam os acampamentos em frente ao exército nos meses anteriores aos fatos, conforme relatos de testemunhas ouvidas.

De acordo com informação da PMDF (anexo 4 do Relatório do Interventor), por volta de 14:30 até 14:45 “*ocorreu uma mudança de animosidade dos manifestantes*”:

### **3.3 DA SÍNTESE DOS FATOS (dia 08 de janeiro de 2023)**

O deslocamento dos manifestantes, entre o Quartel General do Exército (QGEx) até a área da Esplanada dos Ministérios iniciou por volta das 13h. Durante esse trajeto, até as proximidades da primeira linha de revista, os manifestantes se portaram de maneira pacífica. Acrescenta-se que nesse percurso ocorreram algumas detenções pontuais de indivíduos que portavam rojões, estilingues e outros materiais que poderiam colocar em risco à incolumidade física dos participantes.

Com o efetivo distribuído e o policiamento em execução, os manifestantes, que desciam pela Avenida N1, chegaram à linha de abordagem por volta das 14h30, os quais gritavam palavras de ordem, momento em que transpuseram a linha de revista, furando esse bloqueio. A linha de policiamento continuou até o instante em que ficou inviabilizada qualquer abordagem por aquela tropa.

No período compreendido de 14h30 até por volta das 14h45 ocorreu uma mudança da animosidade dos manifestantes, vindo eles a romperem a segunda linha de contenção próximo ao Ministério da Justiça, culminando com a invasão do Congresso Nacional. Simultaneamente, vários manifestantes se deslocaram em direção ao Palácio do Planalto, resultando na ocupação da sede do Governo Federal em torno das 15h10. Posteriormente, outro grupo dos manifestantes se deslocou ao STF, que imediatamente foi tomado por volta das 15h40. Destaca-se que a segurança dos órgãos retromencionados não foi capaz de impedir a tomada de suas instalações.

Ressalta-se que a PMDF não mediu esforços para restabelecer a ordem, conseguindo retomar de forma rápida e efetiva as instalações do Supremo Tribunal Federal (17h30), do Palácio do Planalto (17h50) e do Congresso Nacional (18h30) efetuando-se inúmeras detenções de manifestantes, de maneira a garantir a concreta responsabilização pela instâncias competentes.



Embora seja possível apontar alguma falha no serviço de inteligência dos órgãos de segurança pública, que não foram capazes de identificar previamente o intuito dos manifestantes, ou apontar algum erro no fluxo de informações, não se verifica, em relação a **ANDERSON TORRES**, uma conduta intencional de facilitar os atos criminosos.

Diante da verificação de todo contexto em que os fatos se inserem, das informações que circulavam dentro dos órgãos de segurança nos dias anteriores aos fatos (que apontavam uma baixa adesão ao movimento), e da repentina mudança no perfil dos participantes (diverso do caráter ordeiro dos acampados nos meses anteriores), percebe-se que o secretário de segurança pública não teve meios suficientes para impedir as graves consequências das invasões do dia 08/01/2023.

Importante consignar que, embora o relatório da CPMI tenha concluído pelo indiciamento de **ANDERSON GUSTAVO TORRES**, trata-se de documento que carrega em si, e legitimamente, viés político, visto ser fruto de trabalho de integrantes do Poder Legislativo, os quais visam, com sua atuação, atender expectativas do seu eleitorado.

De modo diverso deve ser a condução e a conclusão desta investigação cível feita pelo Ministério Público, que se atém estritamente aos fatos e aos elementos probatórios concretos obtidos, capazes de apontar a existência, ou não, de conduta dolosa do agente público investigado e subsidiar o ajuizamento de uma ação a ser apreciada pelo Poder Judiciário.

Ressalta-se ainda que a Lei 8.429/92, que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa, sofreu recentes modificações, as quais restringiram as hipóteses de responsabilização dos agentes públicos, inclusive limitando a aplicação da lei aos casos em que restou demonstrado dolo da conduta. Assim, a análise quanto ao cabimento de eventual ação de improbidade administrativa deve ser minuciosa, cabendo o ajuizamento apenas quando há elementos probatórios veementes e concretos de uma ação intencional do agente que se amolde a uma das hipóteses previstas nos arts. 9º ao 11 da Lei 8.429/92.

Ante o exposto, e por não vislumbrar qualquer outra medida a ser adotada por este órgão e por restar comprovada a inexistência de conduta tendente a facilitar ou promover a ocorrência dos atos levados a efeito em 08 de janeiro de 2023, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** do presente inquérito civil em relação a **ANDERSON GUSTAVO TORRES**, com fundamento no art. 17 da Resolução CSMPF nº 87/2010, sem prejuízo de que, sobrevindo novos elementos a respeito dos fatos investigados, sejam adotadas as providências pertinentes.



Submeta-se esta promoção de arquivamento à homologação da 5ª CCR/MPF, nos termos do art. 17, § 2º da Resolução CSMPF nº 87/2010.

Brasília, registro de data na assinatura eletrônica.

CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA

PROCURADOR DA REPÚBLICA

(assinado eletronicamente)